

ASP

ACE

CNF

18620

85

1

1

CONFIDENCIAL

1/5

LANÇAMENTO DA REVISTA INTITULADA "PRESENÇA DA MULHER", EM SÃO PAULO/SP.

1. Em Jul 86, a EDITORA LIBERDADE MULHER LTDA, situada na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio nº 1511 - Sala 1 - Telefone 251-2729 - CEP 01317 - SÃO PAULO/SP, promoveu o lançamento da Revista intitulada "PRESENÇA DA MULHER" nº 1, datada de Jul/Ago 86, ao preço unitário de Cz\$ 15,00. Em Out 86, a referida Editora lançou o nº 2 da Revista, datada de Out/Nov 86.

2. No editorial da Revista "PRESENÇA DA MULHER" cumpre destacar o seguinte:

... "Nossa revista pretende refletir as aspirações da nova mulher que surge, destruindo os mitos sobre sua fragilidade e inferioridade, recusando ser a vítima de fala mansa ou a boneca sem vontade nem inteligência. Discutir os conflitos e responsabilidades advindas dessa nova postura. Noticiar e analisar as batalhas que travamos de norte a sul do Brasil, bem como a nossa presença necessária nas questões que preocupam o povo e a nação brasileira, descortinando o rumo a seguir para conquistarmos a nossa verdadeira emancipação. Esse o nosso compromisso".

3. O expediente da Revista "PRESENÇA DA MULHER" é integrado pelas seguintes pessoas:

- Diretora

. ANA MARIA SANTOS ROCHA DA SILVA (B1578686)
-militante do PC do B no RIO GRANDE DO SUL;

- Conselho Editorial

- . ANA MARIA SANTOS ROCHA DA SILVA;
- . MARIA DO SOCORRO MORAES VIEIRA (JÔ MORAES);
- . OLÍVIA RANGEL JOFFILY (ou OLÍVIA RANGEL

Z1: B1C

CONFIDENCIAL

ou OLÍVIA RANGEL MAGALHÃES)-(B0599657) - militante do PC do B em SÃO PAULO/SP;

. LILIAN PEREIRA MARTINS (ou LILIAN APARECIDA PEREIRA MARTINS)-(B0859175) - militante do PC do B em SÃO PAULO/SP;

. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES (ou TELES)-("AMELINHA")-(B0327633) - militante do PC do B em SÃO PAULO/SP;

. SARA ROMERA SORRENTINO (B1899016)-militante do PC do B em SÃO PAULO/SP; e

. ADELINA BRACCO ("LILI") - militante do PC do B em SÃO PAULO/SP.

- Jornalista Responsável

. TÉLIA NEGRÃO TONHOZI SIMON (B0979673) matrícula 689/PR; militante do PC do B em CURITIBA/PR.

- Colaboradoras em SÃO PAULO

. ALDA MARCO ANTÔNIO;

. ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA(B0839206) Deputada Federal pelo PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB);

. GILDA PORTUGAL GOUVÊA (B0342257);

. ILKA DIAS BICHARA (B0076764) - militante do PC do B em SÃO PAULO/SP;

. MARIA LIEGE ROCHA DE PAULA (B0387022)-militante do PC do B em SÃO PAULO/SP;

. MARIA DE LOURDES ALVES RODRIGUES ("LURDINHA" "LOURDINHA")-(B2125950) - militante do PC do B em SÃO PAULO/SP;

. MARIA NILDE MASCELANI (B0313440) - simpatizante do PC do B em SÃO PAULO/SP;

. MARGARETH MARTHA ARILHA;

. MARINA PONTUAL;

. SÍLVIA PIMENTEL (B1995856); e

. SUELY CARNEIRO - ativista do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (MNU) em SÃO PAULO/SP.

- Colaboradoras no RIO DE JANEIRO
 - . CLARA MARIA DE OLIVEIRA ARAÚJO -
(B0212581) - militante do PC do B no RIO DE JANEIRO;
 - . JANDIRA FEGHALI (B1768372);
 - . JOSELICE A.C. MARTINS;
 - . LUIZA RIBEIRO MARTINS;
 - . MARIA ALICE ADÃO ANTUNES; e
 - . VITÓRIA GRABOIS.

- Colaboradoras no PARANÁ
 - . MARIA DE FÁTIMA AZEVEDO FERREIRA; e
 - . ROSILEI VILAS BOAS DUARTE.

- Colaboradoras em MINAS GERAIS
 - . MARIA AMÁLIA MAGALHÃES FAGUNDES;
 - . MARIA CECÍLIA MAGALHÃES GOMES (B2294461)
-militante do PC do B em MINAS GERAIS; e
 - . MYRIAM CONTIJO.

- Colaboradoras no RIO GRANDE DO SUL
 - . JUSSARA ROSA CONY MARQUES DOS SANTOS
(B1411731) - militante do PC do B no RIO GRANDE DO SUL;
 - . MARLISE SAUERESSING; e
 - . MARIA DE LOURDES ANAGNOSTOPOULOS.

- Colaboradoras no DISTRITO FEDERAL
 - . MARA RÉGIA DIPERNA (ou DE PERNA);
 - . VALDEREZ CAETANO;
 - . VERA LÚCIA CARDOSO; e
 - . VERA MANZOLLILLO.

- Colaboradoras em GOIÂNIA
 - . DENISE APARECIDA DE CARVALHO (B0859753)
-militante do PC do B em GOIÂNIA;
 - . LÚCIA HELENA RINCON AFONSO (B0567632)-
militante do PC do B em GOIÂNIA; e

. ODETE WADIH GHANNAN (ou GHANAN)-
(B1400071).

- Colaboradoras na BAHIA

. CÉLIA BANDEIRA;
. LÍDICE DA MATA E SOUZA ("LIU") -
(B0285195) - militante do PC do B na BAHIA; e
. LORETA CAMPOMAR KIEFER VALADARES
(ou LORETA KIEFER VALADARES)-(B0123213) - militante do PC
do B na BAHIA

- Colaboradoras em PERNAMBUCO

. ANA VASCONCELOS;
. SOLANGE ALMEIDA DE SOUZA (B2286762); e
. TEREZA COSTA REGO.

- Colaboradoras no CEARÁ

. MARIA DACIANE LICARIÃO BARRETO (ou MA-
RIA DACIANE BARRETO TURCZINSKI)-(B0605311) - militante do PC do
B em FORTALEZA/CE;

. REGINE LIMAVERDE; e
. VOLIA MARIA FONSECA ROCHA.

- Colaboradora em ALAGOAS

. TAÍS BENTES NORMANDE (B0305881)- mi-
litante do PC do B em ALAGOAS.

- Colaboradora em SERGIPE

. TÂNIA SOARES DE SOUZA (B1533241)-mi-
litante do PC do B em SERGIPE.

- Colaboradora no RIO GRANDE DO NORTE

. ELIZABETH NASSER.

- Colaboradoras no PIAUÍ

. GLÓRIA SANDES; e

. MARIA DE LOURDES DE CARVALHO RUFINO
(B2215809).

- Colaboradora no MARANHÃO

. MARIA JOSÉ LOPES LEITE (B0232798) -
militante do PC do B no MARANHÃO.

- Colaboradoras no PARÁ

. LEILA MOURÃO MIRANDA (B1736383)-mi-
litante do PC do B no PARÁ; e

. MARIA SOCORRO GOMES.

- Colaboradora no AMAZONAS

. LÚCIA REGINA ANTONY COSTA (B1415748)-
militante do PC do B no AMAZONAS.

- Colaboradora no ACRE

. LILIAN ORFANÕ FIGUEIREDO.

4. O projeto gráfico da referida Revista foi feito por MARINA PONTUAL. No exemplar nº 1, a Diagramação foi / feita por YONE (ou IONE) SIMIDZU, militante do PC do B em SÃO PAULO/SP e, no exemplar nº 2, foi feita por VINÍCIUS GARCIA, simpatizante do PC do B em SÃO PAULO e por ÉDSON TELES. A composição e Fotolito, no exemplar nº 1, foi feita pela LITARTE FOTO LITOS LTDA, empresa legal do PC do B, com sede na Rua Santo Amaro nº 582/586-Telefone 35-9738 - Bela Vista - SÃO PAULO/SP, e, a impressão, foi feita pela PAUTA EDITORA LTDA, também empresa legal do PC do B em SÃO PAULO/SP. No exemplar nº 2, a composição, fotolito e impressão, foi feita pelo DIÁRIO DO GRANDE ABC, situado na Rua Catequese nº 562 - Bairro Jardim Santo André - SÃO PAULO/SP.

5. Cumpre destacar ainda, que a Revista "PRESENÇA DA MULHER" veicula propaganda do Governo do Estado do PARANÁ, através da Secretaria da Educação e do BANCO DO ESTADO DE / SÃO PAULO (BANESPA).

* * *

Z3: B8P

Z7: Exemplar nº 1 e 2 da Revista "PRESENÇA DA MULHER".

X

01772

27: Exemplares nº 1 e 2 da Revista "PRESENÇA DA MULHER"

CORREÇÃO 7SAD/DI

ONDE SE LÊ	LEIA-SE
PC DO B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B)

PRESENÇA DA MULHER

E mais:
literatura
dicas, cinema

Ano I nº 1
julho/agosto 1986
Cz\$ 15,00

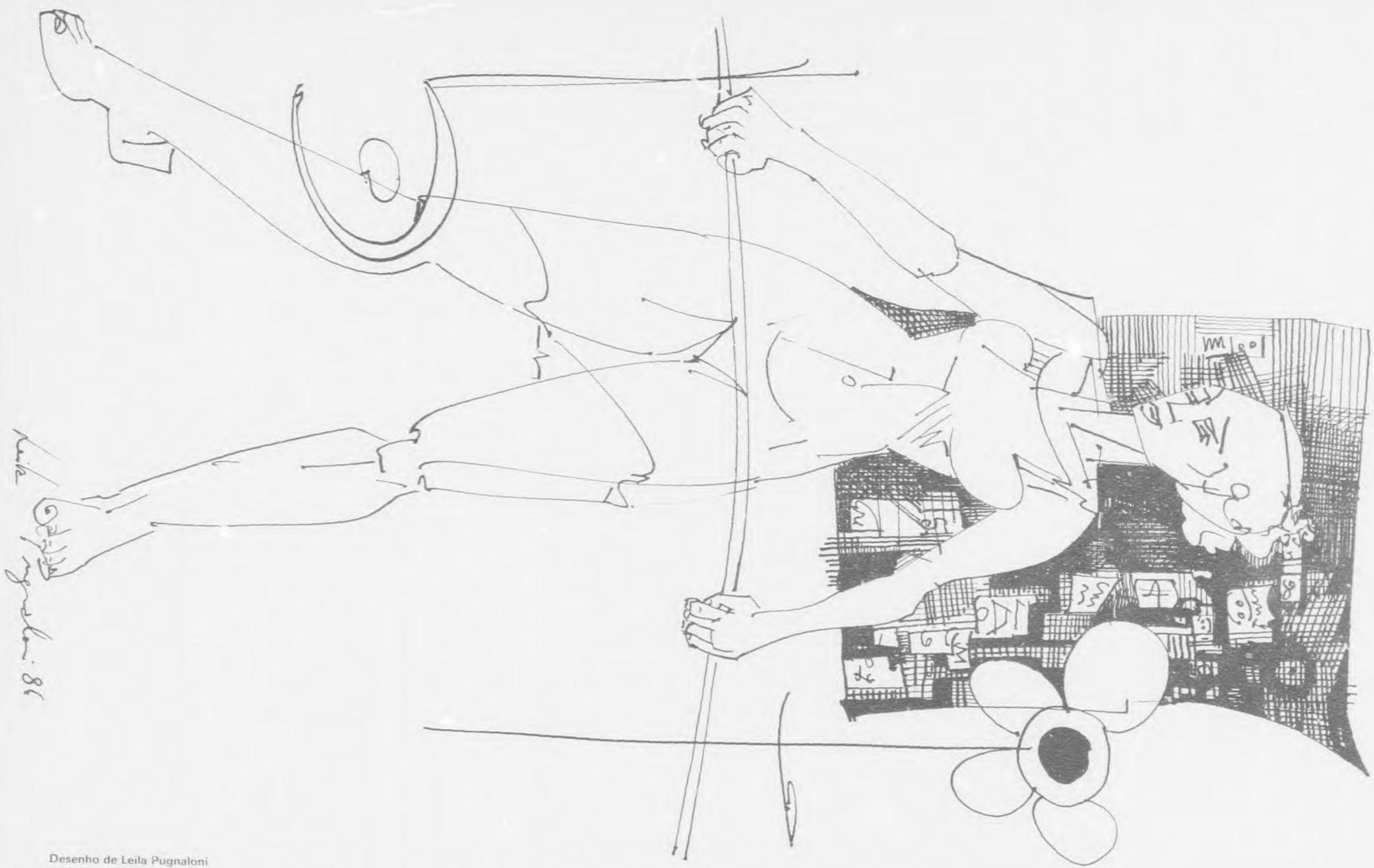


**Por
que
os
casais
se
separam?**

**Constituinte:
com a palavra,
as mulheres**

**Participação
feminina nos
sindicatos**

**A justiça
nas mãos de
uma delegada**



Leila Pugnali: 86

Desenho de Leila Pugnali
artista plástica paranaense

Editorial

A que viemos...

Vivemos um momento de florescimento da democracia que nós mulheres estamos ajudando a construir. Fomos às ruas clamar por liberdade, direitos e diretas, muitas vezes rompendo as barreiras da discriminação, das tarefas domésticas, da dupla jornada de trabalho em casa e no emprego.

Percorremos um longo caminho de aprendizagem e ganhamos a certeza de que é preciso sair do ninho, mesmo com asas úmidas e desajeitadas, pesadas demais algumas vezes, atendendo o chamado do novo tempo, trabalhando fora, ocupando postos de destaque, lendo, falando, escutando, lutando e construindo um futuro melhor para nós mesmas e para o conjunto dos brasileiros.

Mas esse despertar não é fácil. Muitas são as contradições, preconceitos e obstáculos ainda reinantes que temos de enfrentar para fazer valer nossos direitos.

Apesar disso, vivemos uma época em que a presença da mulher é marcante em todos os campos da sociedade. Esse avanço por certo se refletirá no processo Constituinte em curso e a nova Constituição terá que contemplar as exigências e as conquistas resultantes de anos de luta das brasileiras.

Nossa revista pretende refletir as aspirações da nova mulher que surge, destruindo os mitos sobre sua fragilidade e inferioridade, recusando ser a vítima de fala mansa ou a boneca sem vontade nem inteligência. Discutir os conflitos e responsabilidades advindas dessa nova postura. Noticiar e analisar as batalhas que travamos de norte a sul do Brasil, bem como a nossa presença necessária nas questões que preocupam o povo e a nação brasileira, descortinando o rumo a seguir para conquistarmos a nossa verdadeira emancipação. Esse o nosso compromisso.

Foto: Ailton S. Leite



Do Conselho Editorial (da esquerda para a direita): Maria Amélia Teles, Sara Sorrentino, Lillian Martins, Ana Maria Rocha e Olívia Rangel

PRESENCIA DA MULHER - Publicação da Editora Liberdade Mulher Ltda

Diretora: Ana Maria Rocha

Conselho Editorial: Ana Maria Rocha, Jô Moraes, Olívia Rangel, Lillian Martins, Maria Amélia Teles, Sara Sorrentino e Adelina Bracco

Jornalista Responsável: Têlia Negrão Simon

MTb 689 PR

Cofaboradoras: SP: Alda Marco Antônio, Bete Mendes, Gilda Portugal Gouveia, Ilka Bachara

Liege Rocha de Paula, Maria de Lourdes Rodrigues, Maria Nilde Masceloni, Margaret Marthá

Arilha, Marina Pontual, Silvia Pimentel, Suely Carneiro, RJ: Clara Araújo, Jandira Feghali

Joselice, A.C. Martins, Luiza Ribeiro Martins, Maria Alice Adão Antunes, Vitoria Grabois, PR:

Maria de Fátima Azevedo Ferreira, Rosilei Vilas Boas Duarte, MG: Maria Amélia Magalhães

Fagundes, Maria Cecília Magalhães Gomes, Myriam Gontijo, RS: Jussara Cony, Marise

Saueressing, Maria de Lourdes Anagnostopoulou, DF: Mara Régia de Perna, Valdeez Caetano

Vera, Lucia Cardoso, Vera Manzollillo, GO: Denise Carvalho, Lucia Riconi, Odete Ghanan

BA: Célia Bandeira, Lidice da Mata, Loreta Valadares, PE: Ana Vasconcelos, Solarge Almeida

de Souza, Terza Costa Rego, CE: Maria Daciane L. Barreto, Regine Limaverde, Volia Maria

Fonseca Rocha, AL: Tais Bentes Normande, SE: Tânia Soares, RN: Elizabeth Nasser, PI: Gloria

Sandes, Maria de Lourdes Carvalho Rufino, MA: Maria José Lopes Leite, PA: Leila Mourão, Maria

Socorro Gomes, AM: Lucia Regina Antony, AC: Lillian Orfano Figueiredo

Projeto Gráfico: Marina Pontual

Diagramação: Yone Smidzu, R. J. J. J.

Administração, Redação e Publicidade:

Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 1511 sala 1

CEP 01317 - São Paulo - SP - Telefone: 751 2729

Composição e Fotolito: Lillarte Fotolitos Ltda

Rua Santo Amaro 582-586 - Tel 35 9738 - SP

Impressão: Pauta Editora Ltda

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião dos Editores

Nesta Edição

Editorial	3	A mulher no cinema	9
Retrato: mulheres na vida política	4	Constituinte: como garantir nossos direitos	10 a 12
Memória: um ano da morte de Margarida Alves	5	Resenha de livros	13
Dicas: aproveite as nossas sugestões	6	Agenda: anote!	13
Participação feminina no sindicato	7	Capa: Por que os casais se separam? Depoimentos e opiniões	14/15
As mulheres atuam de norte a sul do país	8	Porta aberta contra a violência: um ano de delegacia	16/17
E também se destacam pelo mundo	9	Página literária	18

Mulheres na vida política

A governadora nascida nos seringais; a engenheira secretária do Trabalho e a vereadora do PC do B em Salvador

● Yolanda Lima Fleming nasceu a 20 de junho de 1936 no atual município de Manoel Urbano. Filha de seringueiro, nasceu na mata, sem assistência. Foi alfabetizada pela mãe, assim como as nove irmãs. E começou sua atividade política nos movimentos estudantis da época.

Em 1959 casou-se com o deputado Geraldo Feling. Tem quatro filhos de 8 a 17 anos de idade. Foi eleita vereadora em 1972 e três anos depois alcançou a presidência da Câmara de Vereadores de Rio Branco. Foi eleita deputada estadual em 1979 mantendo-se no mandato até 1983, quando assumiu o cargo de vice-governadora do Acre.



Yolanda e seu marido apoiaram os militares em 1964, arrependendo-se um ano após ao notar que a "revolução" não cumpria seus objetivos e se firmava como um verdadeiro golpe de Estado.

"De 64 a 82 - conta ela - tivemos um papel de muitas lutas, tudo era contra nós, mas tínhamos o apoio do povo. Aqui nessas matas eu fazia um trabalho de alfabetização, ensinando os seringueiros a tirarem seus documentos. Cansei de enfrentar policiais".

Como deputada, ao usar a tribuna da Assembléia para defender um trabalhador perseguido pelos militares e que teve seu barranco incendiado, foi ameaçada de prisão pelo coronel

Guarino de armas em punho. Foi enquadrada pela famigerada LSN. Isso é passado. Agora, como governadora procura uma administração dinâmica, em favor dos posseiros e contra a grilagem.

● Alda Marco Antônio começou sua atuação política no movimento estudantil como vice-presidente e depois presidente do DCE da Universidade Federal de Uberaba, onde cursava engenharia. Mas só começou a despertar para a "problemática feminina" em 1975, com o Ano Internacional da Mulher. "Foi aí - diz ela - que me dei conta de duas verdades que não exergava antes: era discriminada e não sabia, e era feminista e também não sabia".

A partir daí Alda começou a atuar em movimentos como a Frente de Mulheres Feministas e junto com suas companheiras descobriu uma "realidade complicada": não havia mulher em posto de comando nos três poderes. Decidiram então partir para a prática política e em 1982 conseguiram eleger duas candidatas. Também participaram da campanha de Franco Montoro criando um programa específico para a mulher. Um dos frutos disso foi o Conselho Estadual da Condição Feminina, do qual Alda foi vice-presidente e coordenadora da Comissão Sindical. Já presi-



Foto: Alilton S. Leite

dente do órgão, foi convidada para a Secretaria das Relações do Trabalho. E tem se destacado por sua competência, embora as barreiras não sejam pequenas: "Outro dia - conta - eu ia entregar um prêmio internacional para um colega de turma numa Secretaria. Fui barrada por um assessor que me mandou descer pela escada porque o Secretário estava muito ocupado e ia descer pelo elevador privativo. Felizmente tudo terminou bem porque uma assessora me reconheceu e mandou chamar o Secretário, que me pediu mil desculpas".

● Na Bahia, até o momento, apenas três mulheres concorrem à Constituinte. Uma delas, Lidice da Mata, é líder da bancada do PC do B na Câmara Municipal de Salvador. Casada, 30 anos, um filho, Lidice foi a terceira vereadora mais votada em 1982, quando três mulheres receberam um



número surpreendente de votos, empurrando o primeiro vereador mais votado para o quarto lugar.

A carreira política de Lidice começou em 1980, como presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia. Em seguida participou da organização do Movimento de Mulheres nos bairros de Salvador, lutando para criar uma coordenação unificada deste movimento no Estado. Já em sua campanha para a Câmara adotou o slogan "Mulheres à luta".

Continuou defendendo o Movimento de Mulheres expressando seus anseios de participação política através de iniciativas concretas como projetos para a construção de creches em bairros e órgãos públicos e para a criação do Conselho Municipal da Mulher.

Lidice considera "a participação da mulher na política institucional incipiente e defasada em relação à sua força na sociedade. Quebrar as amarras que impedem uma participação igualitária é uma tarefa das mulheres e de todos os setores progressistas neste ano eleitoral", conclui.

MEMÓRIA

Margarida Alves

Dia 12 de agosto de 1983,
18 horas:

Margarida estava na porta de sua casa, comendo milho verde, quando um homem alto desceu do carro com um saco na mão e se dirigiu até ela:

- A senhora é dona Margarida?

- Sou. O que o senhor deseja?

- Apenas isto: tirou do saco a espingarda de chumbo grosso e disparou-a no rosto de Margarida, que com a cabeça esfaqueada, morreu na hora.

Esta a cena brutal do assassinato de Margarida Maria Alves, Presidente do Sindicato de Alagoa Grande, Paraíba, primeira mulher a ocupar um cargo destes no Estado. Uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Em sua gestão sindical de 12 anos, foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e senhores de engenho da região. Como afirmou seu marido Severino: "Ela era uma mulher sem medo, que denunciava as injustiças. Por isso eles mandaram matá-la". Cerca de 5 mil trabalhadores rurais



foram ao seu enterro em protesto contra mais uma violência do latifúndio.

Margarida não foi a única mulher assassinada por defender o direito à terra aos que nela trabalham. Com o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, os latifundiários intensificaram a violência no campo multiplicando o

número de mortos nos conflitos pela terra. Somente em 1985, 262 pessoas tomaram no campo brasileiro, sendo 16 mulheres. Estas foram vítimas de sevícias, delitos sexuais, estupros e lesões corporais resultantes em assassinatos e suicídios, como mostra o quadro abaixo. Muitas outras são perseguidas e sofrem por serem esposas, mães ou parentes de líde-

res rurais, golpeados pela fúria de grandes proprietários de terra

Hoje, torna-se urgente no Brasil um amplo movimento do povo e dos democratas para barrar a violência dos latifundiários e em defesa da Reforma Agrária. Vale lembrar as palavras de Margarida Alves: "Se a gente se isolar, se a gente faz uma concentração por aí e outra acoiá, se o sindicato é dividido, eles tomam a frente porque eles estão sentindo que estamos desorganizados. É por isso que os poderosos ficam nos ameaçando, nos intimidando e até nos espiando para ver qual o trabalhador que faz parte do sindicato, onde tem uma diretoria que nos orienta quanto aos nossos direitos. Não é brincadeira não, enfrentar os opressores e os potentados, mas eles estão com medo de nossa organização porque sabem que estamos fugindo de seus pés. Nós não podemos calar diante dessa multidão de famintos e injustiçados, temos que denunciar a situação em que estamos. A gente nunca vai esmorecer, não queremos o que é de ninguém, nós queremos o que é nosso".

Mulheres mortas em conflitos de terra - 1985

DATA	NOME	PROFISSÃO	OBSERVAÇÕES SOBRE O CASO	LOCAL
.04	Carmem Lúcia da Silva	TR.	Ameaçada p/ pist. Faz. Joncon, suicid.	PA - C. do Araguaia
14.04	Adelaide Molinari	Freira	Morta em atentado à del. sindical	PA - Marabá
28.04	Cleusa Carolina Rody Coelho	Freira	Morta por ex-p.m.	AM - Labrea
23.05	Leonildes Resplandes Silva	TR.	Violent. e morta p/ pist. Faz. Surubim	PA - Xinguara
13.06	Francisca de Souza	TR.	Menor, grávida, morta p/ pist. Faz. Ubá	PA - S.J do Araguaia
.06	Não Identificada	TR.	40 anos, morta p/ pist. Faz. Fortaleza	PA - Xinguara
.06	Não Identificada	TR.	14 anos, violent. e morta p/ pist. F. Fortaleza	PA - Xinguara
.06	Não Identificada	TR.	16 anos, violent. e morta p/ pist. F. Fortaleza	PA - Xinguara
04.08	Márcia Nascimento	TR.	Morta p/ pist. Faz. Coletor	MS - Paranaíba
26.09	Neuracy Ribeiro	TR.	Morta em chacina	RJ - Magé
26.09	Terezinha Ribeiro	TR.	14 anos, morta em chacina	RJ - Magé
26.09	Maria Alcina Ribeiro	TR.	12 anos, morta em chacina	RJ - Magé
26.09	Alcina Ribeiro		06 anos, morta em chacina	RJ - Magé
26.09	Não Identificada		08 meses, morta em chacina	RJ - Magé
17.10	Ana Maria Pinheiro	Advogada	Morta p/ pist.	MA
.10	Ismene Mendes	Advogada	Espancada p/ pist. suicidou-se	MG - Patrocínio

Fonte: Mirad/Incrá - Conflitos de terra 1985

Dicas...

Medo não ajuda

O Papanicolau é um exame muito simples que todas nós devemos realizar. Ele permite saber se a mulher é ou não portadora de câncer cérvico-uterino. Esse câncer atinge a vagina e o útero e pode ser uma doença grave, se descoberto tarde demais, ou uma doença quase tão simples como uma "feridinha no útero" se for diagnosticada e tratada cedo.

E o que é cedo? Mulheres virgens e com menos de 20 anos não precisam se preocupar, mulheres com vida sexual ativa e/ou com mais de 20 anos, se fizerem o exame a cada dois anos estarão protegidas, pois a doença, se aparecer nesse intervalo, ainda poderá ser tratada de forma eficiente e simples.

O exame é feito colhendo-se a secreção que existe normalmente na vagina e analisando-a ao microscópio. Os resultados do Papanicolau são classificados de um (I) a cinco (V). Classe I: tudo perfeito, classe II: infecção à vista; classe III e IV: indicam alguma suspeita de câncer, ou pré-câncer, que deverá ser ou não confirmada com exames mais detalhados; classe V: presença confirmada de câncer. Sempre é bom lembrar que esses resultados estão sujeitos a erros.

Ao fazer o Papanicolau, devem ser tomados alguns cuidados importantes:

- marque seu exame para aproximadamente uma semana antes da menstruação;
- não use ducha vaginal, ou banho de assento, nem coloque pomadas ou outros medicamentos na vagina nas 48 horas que antecederem o exame;
- não tenha relações sexuais nas 48 horas antes do exame;
- guarde sempre o resultado dos exames anteriores;
- se tomar conhecimento do resultado antes de ir ao médico, não tire conclusões precipitadas.

Não se justifica que deixemos de fazer um exame simples e indolor, realizável gratuitamente em postos de saúde, apenas pelo medo de que "possa dar alguma coisa". Essa "alguma coisa" é bastante rara - 5 em cada 1000 mulheres examinadas apresentam resultados positivos para o câncer e a cura, quando o diagnóstico é precoce, ocorre em 100% dos casos.

Dra. Sara Sorrentino.

Tempere a saúde

O alho, tempero tão conhecido da cozinha brasileira, é consagrado por seus valores medicinais desde tempos remotos no tratamento de gases abdominais e dores do estômago.

Segundo a sabedoria popular, o alho tem um valor infinito no combate às infecções. Usado como chá, pode curar a gripe, resfriados e a tosse. Colocado na

hora da fervura do leite, e deixado por algum tempo, na vasilha devidamente tampada, é tomado como vermífugo. Amassado com azeite de oliva, alivia prisão de ventre e estimula a digestão.

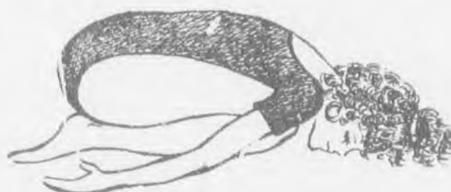
Mas, cuidado com os excessos, que podem provocar dores de cabeça, de estômago, nos rins e até tonturas.

Quanto ao problema do hálito, pode ser contornado com o uso de suco de limão ou comendo-se salsa crua.



Espante o seu cansaço

Faça um desses exercícios durante alguns minutos todos os dias para relaxar um pouco



Carmen Perez, professora de yoga



Participação feminina no sindicato

O início de 86 foi palco de um evento que marcou a presença das trabalhadoras no cenário político brasileiro: o 1º Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora. Quatro mil mulheres de todo o Brasil discutiram e fizeram propostas sobre questões vitais para os destinos da Nação como a Suspensão do Pagamento da Dívida externa, Reforma Agrária, e para barrar a discriminação de que são vítimas no trabalho. No sentido de viabilizar o encaminhamento dessas resoluções a nível nacional foi aprovada a criação de um Departa-

Foto: Michele Mitano



Marcos na vida da trabalhadora: a 1ª Conferência (foto menor) e o 1º Congresso

mento Nacional da Mulher Trabalhadora, decisão ratificada pelo congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) realizado em março deste ano em Praia Grande - SP.

Dentre outras questões, os debates do Congresso evidenciaram que o sindicato ainda é uma das instâncias em que as mulheres menos participam devido aos preconceitos quanto à sua presença na entidade e a obstáculos como a dupla jornada de trabalho. Mesmo em categorias de composição majoritária feminina como professores, comerciários, têxteis e vestuário é irrisório o número de mulheres nas diretorias dessas entidades. A presença da mulher no sindicato também foi preocupação de outros eventos nacionais das trabalhadoras. A 1ª Conferência Nacional realizada de 27 a 28 de abril de 1963 em São Paulo teve como uma de suas resoluções: "Lutar pela mobilização da mulher trabalhadora para que participe ativamente dos órgãos sindicais". Torna-se necessário que a participação das mulheres no sindicato corresponda hoje à sua presença marcante no mercado de

trabalho e nas lutas econômicas e políticas em curso.

Encontros e congressos de mulheres já foram realizados dando oportunidade à discussão da situação e das reivindicações das mulheres. Urge encontrar mecanismos para que as conquistas avancem e as trabalhadoras, sobretudo as operárias e camponesas, elevem seu nível de consciência e organização, garantindo sua presença nas instâncias decisórias como o parlamento, entidades sindicais, comunitárias e outras de caráter nacional, bem como nos partidos políticos, de forma a influírem com mais força nos destinos políticos do país.

O Departamento Nacional da Mulher Trabalhadora, ligado à CGT, bem como os departamentos femininos nas entidades sindicais poderão contribuir nesse sentido desde que:

- sejam criados levando em conta as particularidades e a composição de cada categoria;
- ajudem a romper o preconceito e barreiras quanto à participação feminina no sindicato, não segregando as mulheres, mas integrando-as nas lutas da categoria e na vida da

entidade;

- promovam campanhas de denúncia das discriminações da mulher no trabalho;

- garantam que o conjunto das respectivas categorias assumam as reivindicações das mulheres, incluindo-as como cláusulas dos seus dissídios;

- contribuam na formação de lideranças femininas que possam vir a integrar a diretoria da entidade;

- promovam juntamente com a diretoria campanha de sindicalização de mulheres, abordando sua problemática específica;

- estimulem a participação feminina nas Comissões de Fábrica e nas CIPAS, instâncias importantes para a luta dos trabalhadores;

- contribuam para integrar as trabalhadoras nas lutas gerais em curso na sociedade, elevando seu nível de participação política.

Sob este ângulo, os departamentos femininos podem tornar-se importante fator de mobilização das trabalhadoras, trazendo-as para um novo patamar de participação na sociedade brasileira.

Ana Maria Rocha

Mulheres contra UDR

Sob o grito de "abaixo a UDR", mulheres do Triângulo Mineiro desfilarão pelas ruas da conservadora Uberaba em 25 de maio. A passeata improvisada durante a realização do III Encontro Regional Mulher e Constituinte, tornou público o repúdio à articulação dos grandes fazendeiros da região que na semana anterior haviam se reunido naquela cidade organizando a famigerada União Democrática Ruralista. A denúncia havia sido feita, durante os debates, por João Moraes, do Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte. O encontro, que contou com a presença de 250 mulheres das cidades do Triângulo Mineiro, firmou posição de apoio às candidatas comprometidas com as reivindicações femininas e a luta do povo.



Ilustração da cartilha do MPM

Seminário em Manaus

A diretora de nossa revista, Ana Maria Rocha, esteve em Manaus no dia 20 de junho para falar às amazonenses sobre a participação da mulher na Constituinte, enquanto cidadã e mulher. Este foi o primeiro de uma série de debates a serem promovidos pela Comissão Pró-União de Mulheres de Manaus e o Departamento Feminino da CGT do Amazonas visando elaborar uma carta com as reivindicações da mulher amazonense a ser entregue aos deputados constituintes.



Segunda mulher que dirige a UNE

Gisela dirige a UNE

Pela segunda vez uma mulher está à frente da entidade máxima dos universitários brasileiros. Gisela Mendonça, estudante de Letras na Universidade Federal de Minas Gerais. A nova diretoria da UNE foi empossada no dia 23 de junho, após eleição direta nos dias 4 e 5 do mesmo mês.

Peça popular

Lídia dos Santos, 39 anos, 13 filhos, líder comunitária e moradora da favela Indiana, no Rio, produziu uma peça de teatro sobre **A velha e a nova Constituição**. A peça já foi encenada em diversas favelas do Rio para cerca de 10.000 pessoas, que se empolgaram com o desempenho dos atores e o conteúdo. Os movimentos interessados em encená-la podem pedir o texto à Associação Liberdade Mulher, Rio de Janeiro, Rua Valparaíso nº 22, apto 405, CEP: 20.261.

Debate na escola

Surtiu efeito a iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e do INEP de levar às escolas o debate sobre a emancipação feminina, por motivo do Dia Internacional da Mulher. Em São Paulo, os relatórios dos debates enviados à Secretaria de Educação foram tão ricos que serão publicados. Houve interesse surpreendente por parte de professores e alunos, que fizeram painéis e desenhos sobre o tema.

Constituinte no Rio

No dia 25 de maio realizou-se, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, o Seminário "Palavra de Mulher", organizado pelo comitê "A Mulher na Constituinte". Cerca de 150 mulheres de entidades femininas, de bairro, sindicatos e partidos políticos apresentaram suas conclusões em forma de teatro, jogral e relatórios. As questões mais abordadas foram a violência e atual estrutura do poder.



Foto: Cesar Diniz

Militares condenaram Ruth

REPÚDIO GERAL

Em contraste com o clima vivido pelo país, a condenação da deputada Ruth Escobar (PMDB-SP) despertou o mais veemente repúdio nos meios democráticos e progressistas.

A Justiça Militar, com base no artigo 219 do Código Penal Militar, atingiu a deputada invocando um discurso feito em Içém, em 1984.

Vigilância feminina

Em junho o Inamps iniciou a implantação da assistência especializada para a saúde da mulher em sua rede nacional de ambulatórios. O planejamento familiar vem junto nesse pacote e já foi realizado convênio com a Cenplafam (órgão ligado à Igreja) para treinar funcionários e médicos do Inamps. É importante a vigilância das mulheres para que esse atendimento venha de fato aos postos e centros de Saúde e o planejamento familiar esteja de acordo com nossas aspirações e interesses, sem ferir nossa liberdade de opção nem lesar nossa saúde.

Plano criminoso

A comissão pró União de Mulheres de Manaus denunciou um plano de controle da natalidade, incluindo a esterilização, para 2.400 mulheres do Distrito Industrial. Um terço das amazonenses em idade fértil já estão esterilizadas, segundo entidades de saúde do Amazonas.

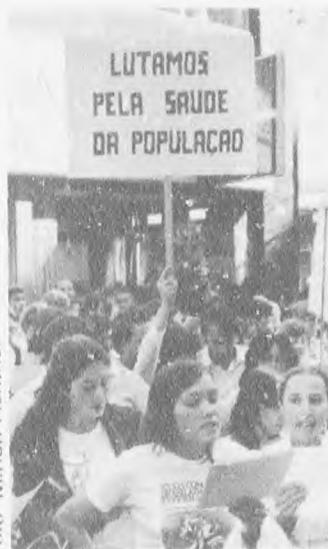


Foto: Mirian Fichtner

O direito de nascer

Quem nasce negro e pobre tem defeito de fabricação? Isso é o que afirmam os cartazes da campanha publicitária de uma clínica de esterilização em Salvador, que pretende mostrar ao povo baiano que negros e pobres não devem nascer. Eles mostram fotos sensacionalistas de um menino negro com uma faca na mão e os dizeres: "Defeito de Fabricação". Outro mostra uma mulher negra grávida coberta com um lençol, com os dizeres: "Também se chora de barriga cheia". A campanha que fere profundamente os direitos das mulheres e da população negra - maioria em Salvador - foi repudiada por entidades e pelo movimento de mulheres.

Pelo Mundo

Mais de mil mulheres participaram do I Encontro Nacional de Mulheres Argentinas, nos dias 23, 24 e 25 de maio, em Buenos Aires, coordenado por entidades femininas e partidos políticos. Temas como a participação feminina no movimento sindical, na política, nos meios de comunicação, foram discutidos, além da exibição de filmes produzidos por mulheres, com dois documentários especiais sobre "As Mães da Praça de Maio".



Argentinas em seu I Encontro

Representantes de Presos Políticos do Chile estiveram, em maio, na sede da União de Mulheres de São Paulo.

Na oportunidade, relataram a situação dos 330 presos políticos chilenos entre os quais 40 mulheres. 13 deles

estão condenados a morte, tendo inclusive duas mulheres. O apelo feito

pela Coordenadoria Nacional dos Presos Políticos Chilenos tem por objetivo incentivar ações solidárias, através de

cartas e telegramas, para salvar a vida destes presos e reivindicar sua liberdade. As mensagens de solidariedade devem ser encaminhadas ao seguinte endereço: Centro de Casilla - Casilla 3961 - Santiago - Chile



Na África do Sul, a greve geral ocorrida no dia 16 de junho registrando o 10º aniversário do levante do Soweto, massacrado pela polícia, obteve mais de 90% de adesão. Na ocasião, a líder negra Winnie Mandela, símbolo do combate ao racismo, à discriminação da mulher e da luta por uma pátria livre e soberana foi mais uma vez confinada à prisão domiciliar durante 24 horas por dia. Um governo inteiro teme uma mulher!



No XIV festival do Cinema Brasileiro de Gramado, ocorrido na 1ª quinzena de abril, houve uma mostra latino-americana de filmes de mulheres e o seminário "Cinema e Mulher", organizado pelo Coletivo de Mulheres do Cinema e Vídeo do Rio de Janeiro, com a colaboração da Embrafilme e Prefeitura de Gramado.

Com representantes de várias áreas ligadas ao cinema e vídeo, da América Latina, Holanda e Canadá, além do Brasil, o seminário evidenciou a firme disposição de reverter o quadro de dificuldades com que se defrontam as profissionais, e o propósito de fortalecer o intercâmbio e a distribuição das obras.

A cineasta holandesa Phil Van der Linden relatou que em seu país, a primeira, e até hoje a única, distribuidora de filmes exclusivamente de mulheres, - a CINEMIEN - apesar de criada em 1969, passou dez anos sem receber qualquer subvenção governamental porque o Ministério da Cultura

considerava que o assunto "mulheres" não se inseria na área cultural!

Outro fato que despertou interesse foi a revelação de que a CINEMIEN teve como fundadoras duas donas-de-casa, um filósofo, duas professoras e uma engenheira física, mostrando que a distribuição de filmes de mulheres na Holanda começou por uma proposta de defensoras da causa feminina.

Outro depoimento importante foi o da mexicana Laura Ruiz, da distribuidora SAFRA. Nesse caso, a distribuidora voltou-se para a criação de locais de exibição junto às camadas populares e realização de debates após a apresentação, levando à discussão das questões específicas da mulher.

Isa Castro, da Cinema Distribuidora Independente - CDI - (que começou como distribuidora alternativa e é hoje um centro de discussão e reflexão sobre cinema e vídeo) disse contar com o apoio decisivo dos realizadores brasileiros, que entregam seus filmes para a distribuidora, mesmo sabendo que os pagamentos nem sempre saem em dia. Fundada em 1981, a CDI tem um acervo de mais de 200 títulos, dos quais apenas 27 são de mulheres.

Hoje no Brasil, a ótica feminina, tantas vezes atropelada, começa a sair da

retaguarda para a primeira linha. Só para falar no recente e premiadíssimo "A Hora da Estrela" que não me deixa mentir: dos 27 diretores estreantes em longa metragem em 1985, Suzana Amaral foi a única mulher. E que filme!

Marlise Saueressig

atriz gaúcha, fez o papel central do filme OS MUKERS



Fernanda,
melhor atriz
em Cannes

Marcelia:
A Hora da
Estrela



Constituinte: como garantir a igualdade e os nossos direitos

Embora presente em todas as frentes de luta, as mulheres ainda ocupam pouco espaço na política institucional e são muito discriminadas. Quatro mulheres dizem o que esperam do processo constituinte visando alterar este quadro. Com a palavra, a candidata Lilian Martins, a deputada federal Bete Mendes, a secretária de Educação do Paraná, Gilda Poli, e a ativista sindical Maísa Gomes da Luz.



Lilian Martins, professora, candidata à Constituinte pelo PC do B - São Paulo

No ano passado debateu-se como e quando deveria ser convocada a Constituinte. Os comunistas defendiam a convocação para novembro de 1986, para garantir o tempo de ampliar a discussão sobre como é o Brasil que a classe operária, os trabalhadores rurais, as mulheres, os estudantes, o povo, enfim desejam.

Mas ocorre que a discussão da Constituinte ficou distanciada do povo. E isso se deve principalmente a dois fatos: primeiro, temos uma verdadeira conspiração das classes dominantes, especialmente os setores ligados ao latifúndio, ao grande capital monopolista, ao imperialismo visando barrar a popularização do debate constitucional, impedir que aflore de forma sistematizada nos debates a necessidade de transformações de fundo que mulheres e homens exigem para o



Foto: Eduardo Cruz

Brasil.

O segundo aspecto é que o avanço da consciência política dos setores populares e das mulheres em particular, na luta contra a ditadura e inclusive pelas diretas não correspondeu a um saldo organizativo.

Nas visitas que tenho feito em diversas cidades e em entidades, algumas questões me chamaram a atenção: as mulheres estão muito desinformadas, mas têm uma imensa vontade de mudar o Brasil e conquistar a igualdade entre homens e mulheres, e demonstram grande entusiasmo com as candidaturas femininas.

Foto: Luis C. Kfour

Bete Mendes, atriz e deputada federal pelo PMDB

Na eleição de 82 foram para a Câmara dos Deputados oito mulheres, num total de 479 deputados. Das oito, tendo falecido a deputada Ivete Vargas, ficaram sete. No Senado há apenas uma mulher em 69 senadores. E Eunice Michiles só conseguiu fazer parte do Senado porque era suplente e faleceu o senador eleito.

Por que há tão poucas mulheres no Congresso Nacional, se a maioria da população é feminina? Embora as mulheres tenham consciência das necessidades básicas para a vida, como salário, ali-

mentação, saúde, educação, muitas ainda acham que a política é assunto para homens.

Mas em cada sociedade de bairro, em cada movimento social, a mulher está lá, firme e corajosa, trabalhadora, lutando, sabendo defender os interesses de todos, mesmo se prejudicando individualmente, dividindo seu tempo entre cuidar da casa, da família, dos movimentos em que luta e do trabalho fora, quando isso acontece. Então só falta ela saber que também precisa levar essas lutas para o Congresso Nacional, também como mulher.

Neste ano, em que se escolherá os deputados e senadores que farão parte da Constituinte, a mulher tem que estar presente para discutir e aprovar, junto com os homens, questões vitais para a nossa sociedade brasileira.

Gilda Poli Rocha Loures, professora e secretária de Educação do Paraná

A eleição da Assembléia Nacional Constituinte em





cidadãs de segunda categoria - despidas ainda de alguns de seus direitos fundamentais (como igualdade de oportunidade na escola, no trabalho, no casamento, nas leis) não só baterão em muitas portas para exigir a sua igualdade, como tentarão a adesão de todos os verdadeiros democratas. Não há sociedade democrática com mulheres discriminadas.



mais ricos e nós recebemos uma migalha. Somos revistadas diariamente na hora da saída. Ficamos semi-nuas, temos que retirar até o modéstico. As vezes a gente fica meio desanimada, por que nessa de ser a 'rainha do lar' a mulher se ferrou. E às vezes fica longe das lutas. Um fato como o I Congresso da Mulher Trabalhadora anima a gente. E acho que a Constituinte é a mesma coisa. Temos que garantir mudanças. Não queremos mais ser escravas. Vou em cada fábrica lutar pelos direitos da mulher."

Maisa Gomes da Luz, ativista do Sindicato dos Alfaiates e Costureiros do Rio de Janeiro

"Trabalho na Blumem, uma indústria têxtil com cerca de 100 operárias. Somos obrigadas a fazer serão sob ameaça de demissão. Não pagam hora extra. Os patrões das confecções estão cada vez

Federal - por índices que garantam, pelo menos, espaços de discussões.

A busca do verdadeiro significado da cidadania é outro desafio a todos os setores em questão. E as mulheres - hoje co-no



15 de novembro próximo, bem como a elaboração da nova Constituição brasileira, transformaram-se no grande fato histórico dos nossos tempos recentes. Afinal, foram necessários quase 500 anos de História para garantirmos um mínimo de liberdade para debater os grandes temas nacionais, buscando inseri-los no novo texto constitucional.

Se esse é o momento histórico para o povo, para as mulheres é a grande oportunidade de ousar, substituindo a grave realidade atual da inexpressiva representação parlamentar - 1,9% da Câmara

Essa luta não começou agora

1880 - Aparecem jornais femininos, que estimulam as brasileiras a lutar pelo seu direito ao voto. Nessa época, em nenhum país do mundo, a mulher podia votar.

1891 - No Rio Grande do Norte, é aprovada lei, garantindo o voto às mulheres. Quinze mulheres votam nas eleições de 1928, naquele Estado. Mas a Comissão de Poderes do Senado considerou nulos estes 15 votos, sob a alegação de que a lei federal vigente não reconhecia esse direito. A mulher do R. Grande do Norte continuou podendo votar e ser votada. Surgiram vereadoras e a primeira prefeita de Lages: Alzira Soriano.

1932 - Foi liberado o Código eleitoral provisório que permitia às mulheres votar, desde que solteiras ou viúvas com renda própria. As casadas, só com autorização do marido.

1934 - Na Assembléia Constituinte, participa a primeira e única mulher constituinte. A nova Constituição registra o direito de voto à mulher.

1946 - A Constituinte - após um duro período de ditadura - não contou com a parti-

cipação da mulher. Polêmica foi travada em torno do divórcio e dos filhos nascidos fora do casamento. Os anti-divorcistas foram vitoriosos.

1975 - Foi elaborado ante-projeto do Novo Estatuto Civil da Mulher Casada pelas advogadas Sílvia Pimentel e Florisa Verucci, que traz significativas mudanças na área da família. A chefia deixaria de ser atribuição do homem e o casal passaria a ser corresponsável pela direção da família. Este projeto, aprovado pela Câmara Federal, encontra-se engavetado no Senado.

1977 - É promulgada a lei do divórcio.

1983 - Criação do 1º órgão institucional, no Estado de S. Paulo, e Conselho Estadual da Condição Feminina, para tratar de políticas específicas de defesa dos direitos femininos. Essa iniciativa foi acompanhada em alguns outros Estados.

1985 - As mulheres reivindicam e conquistam o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Maria Amélia A. Teles



Um capítulo especial dedicado à mulher

"Minha vizinha falou que Constituinte é igual a via-sacra".

Essas palavras de uma moradora de Contagem, região operária de Minas mostram, ao mesmo tempo, o interesse do povo e as dificuldades que teremos de enfrentar na sua preparação para a Assembléia Nacional. Os anos de autoritarismo deixaram marcas de desinformação e distanciamento popular dos grandes temas políticos. Mas as mudanças em curso vêm provocando uma tomada de consciência por parte da população organizada.

Nesse processo, as organizações de mulheres saem às ruas levando o debate a cada canto do país. Aí surgem as primeiras diferenças no empolgante exercício da democracia.

"Constituinte tem que ter palavra de mulher". Isto é uma verdade e papel que já jogamos na sociedade. Mas, de qualquer mulher? É evidente que não. Já tivemos uma ministra no Governo de Figueiredo que nos envergonhava por ser adversária da liberdade e da educação democrática. É preciso que nossas representantes sejam mulheres comprometidas com as nossas reivindicações e as de todo o povo.

As empresárias são as primeiras a dizer: "somos todas mulheres". Mas no cotidiano se opõem a nossos interesses. Exemplo disso foi o combate que a representante da Federação das Indústrias, em Minas Gerais, fez à ampliação da estabilidade para a mulher gestante, num simpósio sobre Constituinte, realizado na Assembléia Legislativa daquele Estado.

Há outras opiniões também equivocadas. "A mulher deve defender suas bandeiras específicas, não vamos nos perder em generalidades".

É antiga essa concepção de que os movimentos de mulheres não precisam se envolver com as reivindicações gerais da sociedade para não dispersarem suas forças. Temos de ter a consciência que a nova Constituição só expressará os avanços necessários ao nosso desenvolvimento com a pressão e mobilização da metade feminina da população organizada de nosso país. E tem mais. A mulher interessa que haja uma estrutura de poder mais democrática para que ela possa participar. A mulher interessa um país soberano que garanta um desenvolvimento voltado para seu povo. A mulher sabe a importância de uma reforma agrária. Sabe que só num ambiente de liberdade e de avanço é possível resolver suas questões específicas.

Já no debate de nossa plataforma surgem dúvidas: levaremos para o debate constitucional os nossos temas mais polêmicos? Levantaremos a discussão do direito à interrupção da concepção, à discriminação ou legalização do aborto, problema hoje tão grave no país? Há feministas contrárias ao tratamento constitucional desse tema, "para não aticar as forças mais reacionárias, já que estamos numa correlação desfavorável". Temos que entender, no entanto, que não enfrentar abertamente o confronto com as idéias atrasadas em nada ajudará a nossa causa, pois não forçará a adesão da sociedade e o reconhecimento de nossos direitos.

Por outro lado, é preciso que a sociedade reconheça que há uma dis-

criminação que atinge metade de sua população e que é preciso combatê-la. A luta vigorosa que a mulher realiza em defesa de seus direitos não pode passar despercebida. A sociedade deve reconhecer suas conquistas em todos os setores da vida do país. Por isso, o texto constitucional poderá ter um capítulo específico sobre os direitos da mulher, dando força e destaque à necessidade de sua emancipação. Aí se registrará: que a mulher terá direitos iguais ao homem no trabalho, na vida política, econômica, cultural, social e familiar; que a família será constituída pela união voluntária entre o homem e a mulher, cabendo a direção da sociedade conjugal a ambos, abolindo o pátrio poder; direito à mulher de conceber, evitar ou interromper a concepção não almejada; garantia da implementação de uma ampla rede de serviços materno-infantis e outros equipamentos sociais que lhe permitam conjugar o trabalho com a maternidade; garantia perante a sociedade da imagem social da mulher como cidadã, trabalhadora e responsável pelos destinos da nação em igualdade de condições com os homens.

O debate apenas começou. No enfrentamento cotidiano dessas questões na apresentação de propostas concretas, as mulheres se preparam para, com sua mobilização conquistar os direitos legais e lutar pela sua aplicação.

Jô Moraes

Jô Moraes, presidente do Movimento Popular da Mulher, de Belo Horizonte, MG



A "MULHER E A CONSTITUINTE" é de autoria de Sílvia Pimentel, conhecida estudiosa dos direitos da mulher. Basta lembrar que é de sua autoria e de Floriza Verucci a elaboração do Novo Estatuto Civil da Mulher, incorporado ao Código Civil já aprovado pela Câmara e ainda por ser votado no Senado.

No momento em que a nação brasileira se envolve no debate Constituinte, este livro da Sílvia

nos fornece alguns subsídios para introdução dos direitos da mulher na nova Constituição. No primeiro capítulo a autora faz uma análise comparativa dos direitos da mulher nas Constituições brasileiras no que diz respeito à igualdade perante a lei, proteção à maternidade, aposentadoria de funcionários e serviço militar.

No segundo capítulo são apresentados artigos referentes à mulher de 29 Constituições estrangeiras, seguidos de uma rápida análise de como a mulher é ou não discriminada nessas leis.

O último capítulo é dedicado a uma breve exposição sobre os avanços e as lutas da mulher brasileira nos últimos 10 anos no mercado de trabalho, na educação, no cenário político e nas entidades de classe e comunitárias, concluindo que esse quadro deve se refletir na Nova Constituição.

"A mulher brasileira é cidadã brasileira e se apreender-se enquanto mulher é importante, igualmente será apreender-se enquanto cidadã", alerta Sílvia Pimentel.

Como reconhece a própria autora, o livro não esgota o assunto que deverá ser objeto de amplas discussões. Mas nos facilita o estudo da questão, colocando em nossas mãos informações que a maioria de nós levaríamos muito tempo para conseguir e dificilmente teríamos acesso.



"O direito de ter ou não ter filhos no Brasil" é o título do primeiro exemplar da série "CADERNOS DO CONSELHO" que o Conselho da Condição Feminina de São Paulo está editando. Muito interessante, este primeiro caderno discorre sobre questões relativas à saúde da mulher em debate nos últimos anos como A Política Demográfica, a queda da fecundidade e anticoncepção, métodos anticoncepcionais e pesquisa em reprodução humana. Além disso traz uma vasta bibliografia sobre o tema em questão. Exemplares podem ser solicitados ao Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, à Rua Estados Unidos, 346, CEP: 01427 - São Paulo - SP.

AGENDA

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promoverá o Encontro Nacional Mulher e Constituinte no dia 26 de agosto, em Brasília, no Auditório Nereu Ramos do Congresso Nacional. Este Encontro objetiva encerrar a campanha pela participação da mulher na Constituinte, lançada pelo Conselho em novembro passado, e está aberto à participação de todas as interessadas. Na oportunidade será discutida uma síntese das reivindicações enviadas dos diversos pontos do país, reunidas na "Carta da Mulher à Assembleia Nacional Constituinte" a ser aprovada e entregue às autoridades presentes no encerramento do Encontro.

O Conselho da Condição Feminina de São Paulo e a Central Geral dos Trabalhadores - CGT, promovem o Encontro Estadual da Trabalhadora pela Constituinte. Ocorre em 27 de julho, a partir das 9 hs, no Sindicato dos Eletricitários, à rua Tomás Gonzaga, 50, Liberdade, SP.

Cresce a mobilização visando realizar a Conferência Nacional de Saúde da Mulher. Os relatórios das pré-conferências estaduais deverão chegar a Brasília até 12 de setembro, para que nos dias 3, 4 e 5 de outubro,

data da Conferência Nacional, seja elaborado um documento final. Outras informações podem ser obtidas junto às Secretarias de Saúde, Ministério da Saúde e Coordenação do PAISM e à Comissão de Saúde do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A União de Mulheres de São Paulo promove em 17 de agosto a **Mini-Constituinte da Mulher**, na Câmara Municipal de São Paulo. Será uma Constituinte simulada, onde as "deputadas" eleitas pelos núcleos da UMSP, defenderão suas propostas.

Por que os casais se separam?



Gilda Portugal Gouveia, 42 anos, socióloga, separada há oito anos, uma filha adotiva.

As vezes, se pensa que a separação é resultado de um casamento infeliz. Não foi o meu caso. Nossos sofrimentos vieram mais de razões externas - a repressão que atingiu nossa geração naqueles anos 70.



É difícil explicar os sentimentos contraditórios que nos levaram a dizer - ficamos por aqui. Casamos muito cedo. Naquele ideal de casamento do "só vou se você for". A gente se casa e morrem as individualidades. Isso é o fim de um casamento sincero e feliz, mas a base "segura" para o casamento de conveniências, tão a gosto da sociedade capitalista.

A separação provoca muita dor, não é fácil. Exige uma profunda coragem. Ela é mais difícil para a mulher, que fica sozinha, do que para o

homem. Medo, solidão, discriminação, são sentimentos com que temos que aprender a viver. Mas, quando superada essa barreira, a recompensa vem na proporção do sofrimento.

Hoje, sei que amor nada tem a ver com viver "grudado", mas tem tudo a ver com companheirismo e com um sentimento lindo: cumplicidade. Ela leva você a estar torcendo pelo parceiro e a nos sentirmos acompanhadas. E isso é uma das coisas mais gostosas de sentir. A conquista da individualidade melhora tremendamente a qualidade do afeto e da vida sexual.

Losamir de Oliveira Silva, 42 anos, mineira, escriturária, separada há dois anos, uma filha de 9 anos.

Quando a gente casa, procura viver junto. E não vai ser na primeira dificuldade que a gente joga tudo pro ar. Eu me separei por causa dos vícios do meu marido. Agüentei oito anos todos esses problemas.

Ele nunca bateu em mim, mas chegava sempre agressivo, chutando e quebrando tudo, até que um dia resolvi sair de casa. Sai sem dinheiro, sem casa, sem nada, mas tinha

que sair e não deu tempo para planejar. Invadi uma casa abandonada há muitos anos, sem água, sem luz, sem banheiro, só um quarto coberto. Fiquei lá durante oito meses. Essa casa ficava num bairro vizinho e meu marido apareceu onde eu morava e propôs que eu voltasse. Não aceitei. Abri processo para fazer a separação e o julgamento foi à revelia. Ele deu pensão à minha filha pela metade e eu não obtive nada.

Suely Carneiro, 36 anos, 1 filha de 6 anos, filósofa, separada há 5 anos, ativista do movimento negro.



Foto: Ana Elisa Oriente

Houve um esgotamento da nossa relação e isso passou a se tornar um peso para nós dois, dificultando o processo de crescimento de cada um. Fui casada durante 8 anos. Éramos muito jovens, imaturos, sem experiências afeti-

vas significativas anteriores. Saimos das casas de nossos pais para casar, para construir outra família e acho que a gente se ressentiu da ausência de uma experiência maior, afetiva, sexual e de tudo. E essa carência foi se avolumando a ponto de um determinado momento, a gente começou a sentir que precisava se separar para descobrir a nossa própria identidade.

Importante no processo de separação é que as pessoas consigam se separar sem perder a amizade, a afetividade e a solidariedade que um dia uniu essas pessoas.

G.M.D. - ativista de base da Associação de Professores de 1º e 2º graus de Rondônia. Separada, 32 anos, mãe de 5 filhos.

Eu me separei porque meu marido não quis aceitar minha evolução política. Sempre que eu participava de alguma coisa meu marido me agredia, inclusive fisicamente. Resolvi voltar a estudar, estou cursando História. Foi um Deus nos acuda. Quando resolvi entrar no movimento de mulheres então ele me chamou de prostituta.

Ao comunicar que ia participar do 1º Congresso da Mulher Trabalhadora, ele me destratou publicamente, me xingou e desejou que eu morresse na viagem. Foi aí que decidi de uma vez por todas me separar e lutar para ficar com meus filhos.

A legislação brasileira prevê três tipos de separação:

1 - **a anulação do casamento**, quando ele foi realizado fora da lei ou quando um dos cônjuges alega "erro sobre a pessoa".

2 - **separação judicial**, é o antigo desquite. Deve ser pedida por ação judicial após 2 anos de casamento e não permite novo matrimônio dos

cônjuges. Pode ser:

- consensual, quando ambos a desejam. Basta um acordo que deve ser homologado pelo juiz, onde o casal decide sobre a guarda dos filhos, as visitas e a pensão alimentícia para os filhos e para a mulher, divisão dos bens e pagamento das dívidas, uso do nome da família do marido pela mulher;
- litigiosa, quando não há acordo, ou um dos cônjuges

não aceitar a separação. Deve ser pedida ao juiz, que decidirá sobre os mesmos itens da separação consensual.

3 - **Divórcio**, só pode ser pedido uma vez, após 3 anos de separação judicial. Com o divórcio, cessa apenas a pensão alimentícia da mulher se ela passa a viver maritalmente com outro homem.

Encontrar respostas para a separação de um casal não é tarefa fácil. São vários os fatores que entram em jogo, tanto sociais, como culturais, pessoais e psicológicos.

Podemos identificar três possíveis respostas para a questão: um casal pode se separar porque seus membros apresentam desenvolvimentos pessoais muito desiguais; uma outra razão seria o que eu chamo de motivos "tradicionais", decorrentes de dupla ligação por partê do homem; e uma outra, decorrente da dupla moral existente na sociedade, onde há certas normas ou expectativas do que é permitido a uma mulher ou esposa fazer permeando as relações homem X mulher.

Analisando mais detalhadamente a primeira razão, gostaríamos de apontar que toda relação a dois é um processo de construção. É necessário uma ação constante do casal nesse processo de estar junto, de tal forma que se permita um contínuo aprimoramento e aprofundamento da relação, pela superação das dificuldades e contradições que vão surgindo e pela gratificação das conquistas.

O relacionamento do casal possui uma dinâmica própria, que não é a somatória dos processos individuais do homem e da mulher. No entanto, a dinâmica do casal pode sofrer influência mais direta de um dos seus membros, dependendo do nível de consciência e de domínio de si de cada membro do casal.

O ritmo de desenvolvimento, enquanto domínio de si e consciência de si, é diferente para cada sexo devido à educação diferenciada que recebem. Este desenvolvimento ocorre de forma mais acelerada, nos aspectos racionais, para o homem. Para a mulher, este desenvolvimento ocorre de forma mais global, integrando a intuição e a emoção, o que leva a mulher, muitas vezes, a perceber as situações e não saber como resolvê-las.

A sociedade exige, atualmente, que a mulher se insira num mercado de trabalho regido pelos critérios de masculinidade. É assim que esta mesma contradição tem levado as mulheres a perceberem, cada vez mais claramente, a necessidade de se emanciparem, de se perceberem como seres autônomos, que podem se desenvolver em todos os aspectos e assumir tarefas ou decisões até então restritas só aos homens, sem perderem sua especificidade de mulher.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, no entanto, não a liberou das exigências domésticas. Assim,

Algumas razões que levam ao rompimento

a mulher passou a assumir uma dupla jornada de trabalho, fato este que vai explicitando cada vez mais as contradições entre o que a sociedade, oficialmente, exige

da mulher, e o que na prática, realmente ocorre, contribuindo cada vez mais para acelerar o ritmo de desenvolvimento pessoal da mulher.

Como isso se expressa na relação a dois? A mulher começa a ter uma percepção de sua sobrecarga na relação, pois, ao mesmo tempo em que é exigida a dependência em relação ao homem e uma certa fragilidade, também exige-se que ela assuma e cuide de toda dinâmica familiar e do casal, em outras palavras, que seja forte e autônoma.

As próprias contradições que vivemos numa sociedade em transição vão expressando e determinando um aceleramento no ritmo de desenvolvimento da mulher, o que não ocorre na mesma intensidade com o homem. Isto não significa que os homens não têm desenvolvido sua consciência. Significa que o desenvolvimento de emancipação da mulher está mais acelerado. Poderíamos encontrar casais onde o que os levou à separação foi exatamente o inverso do apontado até aqui: o desenvolvimento do homem ocorreu de forma mais profunda e a relação do casal não acompanhou o processo.

A relação do casal nestas duas situações só se rompe quando o membro que está avançando não consegue criar situações de envolvimento do outro no processo, ou quando a relação já deixou tantas mágoas que se torna impossível ou muito penosa a ligação.

Quanto à terceira razão - da dupla moral - a superação e a busca de alternativas deveria ser tarefa do casal na tentativa de um crescimento autônomo e autêntico. O que notamos ainda hoje, com certa frequência, é a busca da satisfação de necessidades fora da relação do casal.

Gostaríamos de lembrar que separar-se nem sempre é negativo. Qualquer que tenha sido a razão, a separação pode significar um momento de crise que leva ao avanço, ao amadurecimento dos seus membros. Como todo processo de maturidade consciente, é sofrido pois deixa evidente a necessidade de independência e autonomia, ao mesmo tempo explicita os medos, limites e inseguranças. Mas uma coisa nunca deve ser esquecida: a consciência é uma conquista e deve ser construída num processo de relações recíprocas.

Edna Kahalle - psicóloga e professora - PUC - SP

Porta aberta contra a violência

"Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher". Os fatos mostram cruamente que, se isso ocorrer, milhares de mulheres continuarão a ser vítimas de diversas formas de violência, que vão desde pequenas agressões até crimes mais graves, praticados pelos maridos, companheiros, pais ou irmãos.

Não dá mais para esconder que a violência doméstica é uma verdadeira praga cotidiana com a qual parcela surpreendentemente grande das brasileiras têm convivido em silêncio.



Dra. Rose apaixonou-se pela delegacia

A Delegacia de Defesa da Mulher criada em agosto de 1986 em São Paulo e que completa agora seu primeiro ano teve o mérito de trazer à luz do dia alguns dos casos mais aberrantes desta violência ocorrida dentro de tantos lares. Não por acaso surgiram delegacias em diversas regiões da capital, cidades do interior e de outros Estados (veja quadro).

Só no primeiro mês de funcionamento a Delegacia registrou nada menos de 482 Boletins de Ocorrência, sendo que 70% deles diziam respeito à violência doméstica praticada por parceiros das vítimas. E o pior é

que estes dados ainda estão longe da realidade.

Levantamento realizado pelo Degrã - órgão que controla 89 distritos policiais da grande São Paulo - concluiu que apenas 10% da violência contra as mulheres, como estupros, espancamentos e sedução chegam até os boletins de ocorrência. E essa proporção é ainda menor quando a agressão parte de maridos, companheiros, namorados ou parentes das vítimas. A vergonha e o medo de novos atos de violência levam as mulheres a silenciar sobre a situação.

A cruza e brutalidade dos crimes revelados pelas delegacias - uma amostra do que ocorre Brasil a fora - somadas ao descaso com que são tratados nas delegacias comuns justificam a existência de uma unidade policial composta apenas por mulheres, para não intimidar ou constranger as vítimas. Como conta Luzia do Carmo, apoiada por duas outras queixosas: "Fomos várias vezes a delegacias onde eram homens que nos atendiam. Não é preciso dizer que nunca deu em nada. Os delegados sempre diziam que era melhor não registrar queixa porque o marido poderia ficar com raiva e bater muito mais".

A delegacia já tem cerca de seis mil boletins de ocorrência. Desde o dia 8 de março funciona 24 horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados.

Foto: Yone Simidzu



Espancada pelo marido que estava bêbado

De início praticamente só apareciam para se queixar mulheres de baixa renda, como uma doméstica de 34 anos, totalmente engessada e enfaixada, cujos braços e pernas haviam sido fraturados a golpes de barra de ferro pelo marido bêbado. Pouco a pouco o quadro foi se modificando. E hoje mulheres de diversos segmentos aparecem na delegacia. Segundo a delegada Rosmary Corrêa, "isso ocorre em parte porque nas famílias de baixa renda a violência já está impregnada no dia a dia. E as mulheres de classe média também começaram a perder o constrangimento. Começam a revelar o que

antes ocultavam com vergonha e medo".

A delegada titular Rosmary Corrêa é pequena e delicada, tem sempre um sorriso pronto ao atender suas clientes. Mas ninguém se engane com a "Dra. Rose", como é conhecida na delegacia. Filha e irmã de investigadores de polícia, advogada formada, ela já ajudou a conter, de revólver em punho, uma tentativa de fuga de presos na 13ª Delegacia, na Casa Verde.

Foi pega de surpresa ao ser indicada como delegada-titular para a Delegacia de Defesa da Mulher: "Eu não queria vir. Não tinha nenhuma experiência específica no trabalho com mulheres. Pensei que iam acabar com a minha carreira exatamente quando provava minha capacidade como delegada de plantão".

Rose reconhece que estava completamente enganada: "Já no primeiro dia comeci a me apaixonar pelo trabalho. Descobri que ele é útil e necessário. As mulheres têm uma vida muito difícil, ainda não conhecem seus direitos e precisam de ajuda".

Outro grande mérito, talvez o principal da delegacia, foi o de mostrar para as vítimas e para a população que a violência "familiar" na medida em que ocorre nesta proporção passa a ser um problema social e inclusive policial mesmo. "Precisamos acabar



Myrtha Racz

A placa atrai quem precisa de defesa

de uma vez com essa história de que em briga de marido e mulher ninguém mete a colher".

A delegacia é uma verdadeira lição de vida para quem nela trabalha, convivendo com tanto sofrimento e angústia. Como afirmou Rosmary, "comecei como escrivã de polícia, fui delegada de plantão por nove anos. Mas nada me preparou para o que vejo aqui todo o dia".

Olívia Rangel

Atendimento acolhedor

Uma delegacia para atender especificamente as mulheres

O funcionamento da Delegacia de Defesa da Mulher está a cargo de cinco equipes, todas compostas unicamente por mulheres. Ao todo são duas escrivãs, 7 delegadas, três carcereiras, 14 investigadoras e duas escriturárias.

Quem chega na delegacia é ouvida primeiro pela investigadora, que identifica o tipo de violência cometida. Em seguida, vai conversar com a delegada, que explicará as providências que devem ser tomadas em cada caso. Tudo que é dito fica registrado num papel especial da Delegacia, chamado **Boletim de Ocorrência ou BO**.

Se tiver ocorrido agressão física ou sexual, a delegada encaminha a vítima para um médico que verifica a gravidade do ferimento ou então constatará se houve abuso sexual. Isso se chama **exame de corpo de delito**. Esse exame é feito no Instituto Médico Legal, IML. Nos casos de violência sexual o exame é realizado por uma médica. O resultado do exame se chama **laudo pericial**.

Depois do laudo, que leva uns 15 dias para sair, a vítima volta à Delegacia para completar as informações do caso. É concluído então o inquérito policial. E o agressor tem que ir à Delegacia para ser identificado e prestar depoimento. Se houver testemunha da agressão o inquérito é mais rápido.

Terminado o inquérito policial o resultado da investigação é enviado para o Fórum. Se o promotor público considerar que houve crime o agressor é processado e punido. Em casos como separação do casal, pensão alimentícia ou busca de filhos a Delegacia encaminha a pessoa ao Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à mulher, que dá orientação jurídica e assistência psicológica. O Pró-Vítima também atende à população sem recursos em casos mais sérios, como estupro, ferimentos graves e homicídio, e fornece um advogado para tomar as medidas legais.

As delegacias no país

São Paulo (SP):

centro Parque D. Pedro II, Prédio Degran, fone 228 6101 - (atendimento 24 horas todos os dias) - zona sul, r. Padre José de Anchieta, 138, Santo Amaro, fone 247 4004 - zona oeste r. Francisco Morato, 2976, Vila Sônia, fone 211 8886 - zona norte, av. Itaberaba, 731, Freguesia do O, fone 266 5455 - zona leste r. Severiano de Almeida, 64, Itaquera, fone 205 6015

Campinas (SP):

R. Sebastião de Souza, 15, fone 2.3741

S. José dos Campos (SP):

Av. São José, 586, centro

Limeira (SP):

R. Tiradentes, 616

Ribeirão Preto (SP):

R. Duque de Caxias, 1048, fone 636 5890

Rio de Janeiro (RJ):

Rua da Relação, 42, centro

Belo Horizonte (MG):

Augusto de Lima

Porto Velho (RO):

Av. Sarguass, s. n.º central de polícia

Florianópolis (SC):

Av. Mauro Ramos, 266

Teresina (PI):

R. Wilson Soares, 272

Porto Alegre (RS):

R. dos Andradas, 1789

Recife (PE):

Av. Rosa e Silva, 632, fone 222 2622

Goiânia (GO):

R. T 03 n.º 1367, fone 224 5997

Curitiba (PR):

R. 13 de maio, 1080

Boa Vista (RR):

Av. Eve Garcess, s. n.º

MÃE

Mãe

*Lá vai ela, pança estufada, molhada
a roupa de tanta lavada de roupa
e quintal
Molhada a testa, de tanto abaixa e levanta
vai lá e vem cá.
Vai à escola, à feira, à pia, ao mercado
e o dinheiro não dá
Mas deixa prá lá, leva como dá,
um pouco menos de leite e a roupa
que alguém dá.*

*Lá vai ela, pança estufada, apertada
no ônibus das seis.
Testa franzida, preocupada porque hoje
é dia de receber.
E depois do dia de receber é o dia de pagar
e nada vai sobrar.
O bercinho não vai dar pra comprar.
E depois que o filho nascer
o emprego vai perder.*

*Lá vão elas, com filho na pança, com filho
no braço, empregadas, desempregadas,
cansadas.
Cansadas de serem santas,
rainhas do lar
Rainha cuja coroa são as preocupações
e o cetro é a vassoura.
Querem que a maternidade não seja
sinônimo de sofrimento.
Vão à luta para ser mãe com dignidade
sem ver faltar o trabalho, no frio não faltar
o agasalho, para seus filhos não faltar o pão.*

*Unidas, nesta bandeira, arrastam grandes
fileiras desta população.
Por creches, trabalho, saúde, direitos,
liberdade e participação.*

Isabel Alves Brito (sócia da União de Mulheres
de S. Paulo)



Ilustração de Tereza Costa Rego, Olinda, Pernambuco

Crônica

Razões de Beleza

Aquela parecia mais uma sexta-feira. Aproveitei a hora do almoço para fazer as unhas, arrumar o cabelo... Já usufruía do meu fim de semana. A alegria era tanta e tantos os planos que meus olhos cintilavam no espelho, o que me fazia parecer bonita. Havia ainda outra razão da minha inesperada beleza. Eu estava apaixonada. Futuros imprevistos, delícias inimaginadas, sorria eu. Naquela sexta-feira, decidira, trabalho seria segundo plano. Havíamos combinado viajar e às 5 horas ele me apanharia à saída do trabalho. Entrando no escritório com meu "new look" encontrei o chefe me esperando. Estava com um problema, uma causa gratuita. A audiência estava marcada para 15 horas e a mim só restou apanhar a papelada e a seguir desconsolada. Furiosa e prometendo vingança, seguia preocupada em atuar num processo que não conhecia. Encontrei cinco operários às voltas com os advogados da empresa. A vida foi tomando outro rumo. Amarrando com um lápis os cabelos que me perturbavam a visão, comecei a conversar com meus clientes, cinco criaturinhas que mal sabiam articular as palavras. Era necessário fazê-los confiar em mim, dizer-me o que pretendiam, o que esperavam. Fui, aos poucos, descobrindo que eu era muito importante para eles. O último advogado desertara porque os clientes eram muito pobres, me disseram. Saímos juntos da Justiça Trabalhista para comemorar com cerveja e cachaça o bom acordo que fizemos. Emocionada, recebi os agradecimentos. Suada e cansada, cabelo desfeito, voltei para casa. Embaixo da porta um bilhete: "Fugiu com outro?". Naquele fim de semana fiquei sozinha. Eu e a comunidade. Foi quando descobri que também a paz me faz parecer bonita.

Ana Vasconcelos, advogada e poetisa; Recife, Pernambuco

**PRESENÇA DA
MULHER**

Faça sua Assinatura

Não deixe para amanhã o que você pode fazer hoje. Tenha em casa PRESENÇA DA MULHER, que trata de assuntos de interesse da nova mulher, da sua participação nos principais acontecimentos da sociedade. Uma revista bimestral para todos os que desejam uma convivência mais sadia entre mulheres e homens.

Anual: Cz\$ 90,00 Semestral: Cz\$ 45,00 Exterior: US\$ 20 (anual)

Nome:

Endereço:

Fone: Bairro:

Cidade: Estado:

Profissão:

Data:

LITARTE FOTOLITOS LTDA.

Execução de Serviços Gráficos em geral

**DIAGRAMAÇÃO, COMPOSIÇÃO, PAST-UP, REVISÃO,
FOTOLITOS, GRAVAÇÃO DE CHAPAS, IMPRESSÃO
E ACABAMENTO**

Tudo em Artes Gráficas

Rua Santo Amaro, 586 - Bela Vista - São Paulo - SP

Cheque especial

CLIENTE BANESPA
É ESPECIAL
DENUNCIANDO
A AGÊNCIA



Quando você entra em qualquer de nossas agências, logo sente por que os clientes Banespa são especiais.

Porque nossos funcionários também são. Cada um deles está preparado para dar atendimento especializado, eficiente e assessoria completa em qualquer serviço que você utilizar.

Onde quer que você se apresente como cliente Banespa, não pode esperar uma atenção especial.

banespa

É bom ser especial. É bom ser cliente Banespa.

PRESENÇA DA MULHER

Falta tudo
Donas de casa
exigem solução

Cz\$ 15,00

Ano I nº 2 outubro/novembro 1986

1934: uma mulher constituinte



Começou o Projeto Tempo de Criança. Agora, toda hora é hora de escola.



Criança precisa de tempo para tudo. Tempo pra estudar, tempo pra brincar, praticar esportes, participar de programações culturais, cuidar da alimentação e da saúde. Mas é preciso que este tempo seja bem aproveitado. Por isso, o Governo do Paraná, através da Secretaria de Educação está lançando em Curitiba o Projeto Tempo de Criança. Objetivo: ampliar o tempo de permanência das crianças na escola, através da implantação de um programa de atividades de recreação e lazer, iniciação ao esporte, programações culturais e de assistência à alimentação e à saúde. A primeira etapa - já implantada - atende aproximadamente 8.000 crianças entre 7 e 15 anos, em dez escolas de Curitiba.

Gradativamente, todas as escolas da rede estadual serão atendidas pelo Projeto. Com isso, vamos conseguir dois grandes benefícios: evitar a evasão escolar e melhorar os graus de produtividade e rendimento das nossas crianças em todo o Estado.

Tempo de Criança.
Tempo de preparar o Paraná do futuro.
Com a participação de todos.

GOVERNO
João Elísio
Secretaria da Educação
PREPARANDO O PARANÁ DO FUTURO.

Nossa força nas urnas

Começa a contagem regressiva para o 15 de novembro. Afora o prato do dia que é a falta de carne e de outros produtos que vão sumindo aos supermercados, o país respira eleição. Todas as atividades se ligam de alguma forma a essa importante batalha política.

Desde a longínqua Imperatriz, no Maranhão, passando pelo sertão de Pernambuco e Triângulo Mineiro até o Rio Grande do Sul, nós, mulheres somos um dos setores que mais tem debatido as reivindicações para a Constituinte. Isso mostra a nossa força e crescente consciência da importância do nosso voto para definir uma composição democrática e progressista da bancada constituinte e impedir que o governo dos diversos estados fique nas mãos da direita. Sabemos o quanto é importante a democracia para continuarmos nos organizando e lutando por nossos direitos.

O peso secular da opressão que se abate sobre nós e as investidas das for-

ças do atraso para que permaneçamos à margem do processo político, não nos impediram de lutar e buscar afastar os obstáculos à nossa afirmação como cidadãos, responsáveis pelos destinos da nação. Os avanços conquistados nos levam a exigir que a sociedade nos encarre com novos olhos e reconheça a necessidade de acabar com os vis preconceitos que nos humilham e nos inferiorizam por sermos mulheres. Confiamos que os futuros constituintes brasileiros, mulheres e homens, sobre os quais pesa a grande responsabilidade de refletir as aspirações de um povo sofrido e ansioso de conquistar melhores dias, considerem a força emergente das mulheres brasileiras e defendam a inclusão dos seus direitos na nova constituição.

Grande é a responsabilidade de comprovarmos nas urnas o nosso compromisso com a democracia e a soberania nacional, abrindo perspectivas de um futuro melhor para mulheres e homens do povo.

PRESENÇA DA MULHER - Publicação da Editora Liberdade Mulher Ltda

Diretora: Ana Maria Rocha

Conselho Editorial: Ana Maria Rocha, Jô Moraes, Olívia Rangel, Lillian Martins, Maria Amélia Teles, Sara Sorrentino e Adelina Bracco.

Jornalista Responsável: Têlia Negrão Simon, MT 689, PR

Colaboradoras: SP: Alda Marco Antônio, Bete Mendes, Gilda Portugal Gouvêa Ilka Bichara, Liège Rocha de Paula, Maria de Lourdes Rodrigues, Maria Nilde Mascelani, Margareth Airlha, Marina Pontual, Sílvia Pimentel, Suely Carneiro; RJ: Clara Araújo, Jandira Feghali, Joselice A.C. Martins, Luiza Martins, Maria Alice Adão Antunes, Vitória Grabois; PR: Maria de Fátima de Azevedo Ferreira, Rosilei Vilas Boas Duarte; SC: Anita Pires; MG: Maria Amália Magalhães Fagundes, Maria Cecília Magalhães Gomes, Myriam Contijo; RS: Jussara Cony, Marlise Saueressig, Maria de Lourdes Anagnostopoulos; DF: Mara Régia Diperna, Valdevez Caetano, Vera Lúcia Cardoso, Vera Manzollillo; GO: Denise Carvalho, Lúcia Rincon, Odete Ghanan; BA: Célia Bandeira, Lídice da Mata, Loreta Valadares; PE: Ana Vasconcelos, Solange Almeida de Souza, Tereza Costa Rego; CE: Maria Daciane L. Barreto, Regina Limaverde Vólia Maria Fonseca Rocha; AL: Tais Bertes Normande; SE: Tânia Soares; RN: Elizabeth Nasser; PI: Glória Sandes, Maria de Lourdes Carvalho Rufino; MA: Maria José Lopes Leite; PA: Leila Mourão, Maria Socorro Gomes; AM: Lúcia Regina Antony; AC: Lillian Orfanó Figueiredo.

Projeto Gráfico: Marina Pontual

Diagramação: Vinicius Garcia/Edson Teles.

Administração, Redução e Publicidade: Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 1511, sala 1, CEP.: 01317 - São Paulo - SP - Fone: 251-2729

Composição, Fotolito, Impressão: Diário do Grande ABC, Rua Catequese 562, Bairro Jardim Santo André - SP.

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião dos Editores.

Nesta Edição

Editorial.....	3	As mulheres lutam por um espaço na Constituinte com muita garra e fé no avanço. Realizam encontros, elaboram propostas e até fazem cordel	17 a 22
Retrato: a vida da bóia-fria.....	4	O que ocorre pelo mundo	23
Memória: a mulher na luta pela independência nacional.....	5	Creche, direito da criança, dever do Estado	24
Dicas - como usar o diafragma, ginástica contra varizes e uma receita ecológica.....	6	Mas Jânio não pensa assim	25
Cinema em cartaz.....	7	E o que diz a lei?	26
O remédio nacional, uma necessidade popular.....	8	Hortência Allende, a resistência no Chile	27
Saúde em debate.....	9	Direitos da Criança: na prática a teoria é outra	28 e 29
Quando "aquele" chefe começa a atrapalhar seu trabalho. 10, 11, 12		Mulheres de Norte a Sul .	30 e 31
O papel dos conselhos da condição feminina.....	13	Nossa revista: sucesso em todo o país	32 e 33
Os problemas do abastecimento e suas causas.....	14, 15, 16	Página literária	34



foto: arquivo

Retrato

A mulher bóia-fria

É difícil calcular o número de mulheres bóias frias, uma vez que executam serviços temporários, durante o período das safras, sem carteira assinada, na maioria das vezes e sem garantias trabalhistas.

Saem de madrugada de casa, com a marmita, a garrafa de água e alguma ferramenta. Voltam quando acaba o dia, mas o trabalho continua: a janta, a roupa, a casa, o cuidado com os filhos pequenos. Estes, muitas vezes, ficam sozinhos em casa. Em algumas lavouras, há mães que levam seus bebês. Ficam expostos ao tempo, mordidos por bichos, sujeitos a tomar mamadeira azeda.

Quando seu filho cresce um pouco, com 10 anos ou mais, vão junto com a mãe, como mão-de-obra. Não frequentam mais a escola, mesmo que existam cursos noturnos. As mulheres trabalham como os homens. Ganham por produção. Mas a diária é sempre menor do que a dos homens. Banheiro, não tem. "A gente faz uma rodinha, quando uma de nós tá muito precisada. Agora tem roça que já tem uma cabaninha de lona, só pra fazer xixi", informa Iracema da Usina de S. Martinho, de Pradópolis. "O duro é que nosso trabalho é de escravo, comemos a bóia fria, mas somos mesmo é trabalhadora rural", é o comentário que faz sobre as condições de trabalho. Na entressafra, a situação piora. Desempregadas da lavoura, têm que lavar roupa para os outros ou trabalhar em casa de família, quando conseguem algum serviço remunerado.

Sofrem, mas lutam. Hoje, muitas delas são dirigentes sindicais, militantes de partidos políticos e lideranças respeitadas. E às vésperas das eleições de 86, aconteceu um fato inédito. Algumas conseguiram ser candidatas. Sinais dos tempos. Esperança de mudança e realização do grande sonho que nutrem: serem reconhecidas nas leis e de fato - trabalhadoras rurais com direitos iguais às que trabalham nos centros urbanos. Afinal, como disse Sônia, bóia fria de Sertãozinho, "o mundo é largo demais e só quando tiver trabalhadoras, como nós, fazendo as leis e dando as ordens, é que nós seremos consideradas gente".

Neide tem 34 anos. Sempre trabalhou no campo. Há 10 anos atrás veio tentar a vida na Zona Leste no Município de São Paulo, como empregada doméstica. A crise e o desemprego levaram-na de volta para a roça.



Neide Aparecida, de Pontal - SP

Minha mãe teve 23 filhos. Desde criança eu já pastoreava boi para ganhar 50 mil réis por semana. Já com 10 anos, eu queria ter os mesmos direitos dos homens. Usava calça e camisa e calçava alpargata de pneu. Fui para a escola aos 11 anos, pois minha mãe colocava quatro filhos de cada vez durante o curso primário, depois tirava. Mas eu quis continuar e entrei para uma escola, a 9 km de onde morava. Estudava à noite e chegava em casa meia noite, às 5 pegava o roçado. Em 1964, fomos expulsos das terras e tivemos de morar em João Alfredo dentro de uma cocheira. Passamos muita fome, comendo arará (goiaba) e a cana que vinha para o boi. Pegamos febre de gado. Perdi dois irmãos em oito dias.

Casei aos 18 anos e tive quatro filhos. Vivemos de cortar cana. Junto com minha mãe e irmãs invadi umas terras em Barragem. Estamos lá até hoje.

Fui convidada para um encontro de mulheres em Catende, na área da cana. Acharam que eu falei bem e me convidaram para ser deputada estadual pelo PSB. Aceitei.

Hoje, ela, o marido e o filho de 14 anos enfrentam o corte de cana, ganhando a vida como bóias-frias na região de Pontal. Tem mais um filho de 4 anos que fica com as irmãs.

A dureza continuava e a vida dos bóias-frias era revoltante. Procurou o sindicato da região, organizou passeatas pelas ruas de Pontal, chamando a atenção para a situação dos cortadores de cana, do trabalho de crianças, de mulheres grávidas. Foi sendo conhecida e respeitada pelos companheiros.

Há um ano foi procurada em casa por pessoas do P. C. do Brasil que faziam campanha de filiação no bairro. Filiou-se e aderiu à luta partidária. Hoje é candidata a deputada estadual. Faz sua campanha entre os companheiros e companheiras, conseguindo enorme adesão: "Ela corta cana como nós, vai defender os cortadores de cana".



Maria das Neves, de Carpina - PE



Maria Quitéria, o "soldado Medeiros" do batalhão de caçadores

Maria Quitéria, filha de português, fugiu para ingressar no exército libertador na Bahia. Disfarçou-se de homem e assentou praça como soldado, dando um nome falso. Passou a ser simplesmente "o soldado Medeiros". Desde o primeiro momento, demonstrou capacidade no manejo das armas, ficando destacada para um regimento de artilharia, sendo depois transferida para a infantaria. Em fins de 1822, figurava entre os soldados do batalhão de caçadores denominado "Voluntários do Príncipe D. Pedro". Participou de vários combates, demonstrando, sempre, valentia superior à dos outros soldados.

O primeiro rasgo de sua audaciosa valentia, afirma um dos seus biógrafos "foi a empresa temerária de defesa da foz do Paraguaçu, quando ali tentavam desembarcar soldados de Madeira e Mello; capitaneando um grupo de outras mulheres heróicas, que combateram com água até os seios, eletrizando os soldados do denodado oficial Vitor José Topázio, encarregado da defesa da barra do grande rio".

O seu disfarce foi logo descoberto. Apesar disto, foram infrutíferos os esforços do seu pai para retirá-la das fileiras, pois, para ele, as mulheres eram para "fiar, tecer e bordar e não para a guerra". Mesmo tendo sido identificado o seu sexo, o Conselho Interino do Governo da Província da Bahia mandou entregar a Maria Quitéria, já então cadete, uma espada e os seus acessórios.

Continuou na tropa participando de várias batalhas, sendo citada muitas vezes por atos de bravura. Um deles foi ter atacado uma trincheira inimiga tomando-a e fazendo ela mesma dois prisioneiros que recolheu ao acampamento brasileiro. Para os seus superiores, Maria Quitéria "em toda a campanha se distinguiu por indizível valor e intrepidez".

Quando em 2 de julho de 1823, o Exército Pacificador entrou em Salvador, Maria Quitéria marchava com o seu batalhão. Depois foi ao Rio de Janeiro onde "causou grande sucesso: o seu curioso unifor-

Memória

Heroínas da Independência

A história sócio-política do Brasil ainda está por ser escrita de acordo com os fatos.

Nas lutas pela Independência, ao contrário do que se difunde a mulher participou como combatente e mártir e foi um fator importante na decisão do processo político que nos separou de Portugal. Dois exemplos significativos no particular são os de Maria Quitéria de Jesus Medeiros e soror Joana Angélica.

me militar, calça, saiote de lã, fardeta, quepi e espada e o distintivo dos "Voluntários do Príncipe" e a fama que logo se espalhou de sua coragem e de seus feitos, tudo isso atraía a atenção dos habitantes da Capital do Império. Foi, então, condecorada com a insígnia de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro".

RESISTINDO ÀS BAIONETAS

Outra mulher que se destacou na Independência foi soror Joana Angélica. Era abadessa do convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, em Salvador, quando os soldados portugueses em 19 e 20 de fevereiro de 1822, tendo ocupado a cidade investiram contra o convento, objetivando o estupro das religiosas que ali se encontravam em clausura. Segundo um general português "no furor dos ataques não se podiam evitar alguns acontecimentos, nem há ouvidos para a moderação".

A esta invasão opôs-se Joana Angélica, impedindo que os soldados penetrassem no claustro. Já dentro do convento, os invasores se depararam com a abadessa que, segundo documentos da época, teria bradado:

- Detende-vos, bárbaros, aquelas portas caíram aos vaivens de vossas alavancas, aos golpes de vossos machados, mas esta passagem está guardada pelo meu peito, e não passarás senão por cima do cadáver de uma mulher!

Os soldados continuaram avançando e transpassaram o seu peito a golpes de baionetas.

Cada uma a seu modo, Quitéria e Joana Angélica postaram-se numa posição de inequívoco heroísmo no momento em que o Brasil deixava de ser colônia. A estas duas poderíamos acrescentar centenas de outras, heroínas anônimas que a história oficial não registra.

Clóvis Moura
Sociólogo e Historiador

Dicas...

Seguro e inofensivo

A idéia de evitar a gravidez com o uso de uma barreira na entrada no útero, que impeça a subida do espermatozóide, é a noção mais antiga de que se tem notícia no terreno da contracepção. Em registros de 3000 anos atrás, já se encontram fórmulas usadas pelas mulheres egípcias, de objetos embebidos em gomas, azeite e outras substâncias, colocando na vagina, no momento do ato sexual.

O princípio continua válido e é usado até hoje. É o mesmo em que se baseia o diafragma que é uma capinha de borracha flexível ajustada ao colo do útero até duas horas antes da relação sexual e que funciona como barreira aos espermatozoides. Ele só deve ser retirado 8 horas após o ato sexual.

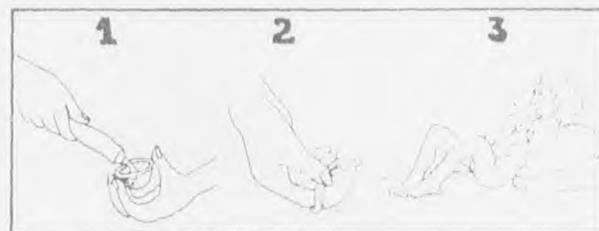
O diafragma oferece segurança próxima ou igual à pilula ou o DIU, desde que usado juntamente com a geleia espermaticida e deve ser indicado por ginecologista. Dura de 2 a 3 anos.

Para o sucesso do método, é fundamental que a mulher conheça bem seu corpo, seus genitais, e familiarize com o uso do diafragma e que a motivação, convencimento e compreensão do casal sejam favoráveis.

Por ser inofensivo para a saúde, seguro se usado corretamente e não exigir uso contínuo, o diafragma pode ser uma alternativa bastante satisfatória para as jovens, as impedidas de usar pilulas ou DIU, ou ainda, as que queiram associar o seu uso com o da tabelinha.

Hoje, começa a ser possível uma consulta para a indicação do diafragma na rede de Centros e Postos de Saúde, ou nos ambulatórios do INAMPS e obter o

diafragma e a geleia nesses locais. Embora o Brasil não produza esse dispositivo, ele vem sendo fornecido, é certo que em quantidade insuficiente, pelo Ministério da Saúde.



Como usar o diafragma

A ecologia vai à mesa

Nesses tempos de vaca magra (pelo menos nos açougues) é bom caprichar no tempero. E o alho sozinho não é suficiente. Ponha no liquidificador além do alho duas cebolas de cabeça, cebolinhas de folha, três folhas de salsão (aipó), três folhas de coentro, três galinhos de alecrim. Acrescente um pouco de noz moscada, umas gotas de pimenta malagueta (se gostar) e um pouco de sal. Bata com um pouco de óleo para que possa ficar cremoso. É um ótimo tempero para carne. Mas na falta dela serve também para salada, para o feijão, para verdura ou legume, ensopado e até mesmo para colocar sobre a macarronada pronta. E bom apetite ecológico!

(Odete Sanches Vieira - dona-de-casa, Minas Gerais).

Envie suas dicas à nossa redação

Não deixe que as varizes estraguem suas pernas



Devido à posição invertida do corpo, o sangue flui pelo organismo, eliminando as toxinas; contribui para rejuvenescer.



Posição ótima para ativar as funções dos rins, fígado e combater a prisão de ventre



Para estimular os vasos capilares das pernas; beneficia músculos e nervos

Posturas recomendadas para problemas circulatórios



Alivia as dores reumáticas e inchaço das pernas ativando a circulação

Carmen Perez, professora de yoga fone: 272-4315

Duas estórias de vida



Strazzer e Fernanda Torres em cena do filme

“Com licença, eu vou à luta” é filme brasileiro, em cartaz em diversos centros urbanos, dirigido por Lui Farias e com a participação de artistas como Fernanda Torres, Marieta Severo, Carlos Augusto Strazzer e Reginaldo Faria. É um filme baseado no livro do mesmo nome de Eliane Maciel, uma jovem escritora que conta a sua própria história: uma adolescente, filha de classe média, residente na baixada fluminense. O pai, militar e neurótico. A mãe dona-de-casa, que considera que querer bem a filha, é educá-la para que não tenha vontade, desejos, nem direito à opinião própria a respeito da vida e das coisas. Educar é antes de tudo reprimir, garantir uma boa “escola”,

onde se adquira diploma, acompanhado de um bom casamento, certamente com um militar, como o seu marido. A menina com 15 anos se apaixonou por um rapaz de 33 anos, desquitado, ex-seminarista que trabalha num órgão policial. A reação da família não podia ser outra: não medir esforços para impedir o namoro dos dois. É um filme possuidor de imagem e linguagem diretas, simples, onde os atores são perfeitos em seus papéis. O que mais impressiona é o realismo da obra: qualquer um dos espectadores se identifica com as situações apresentadas, por se tratar de cenas muito rotineiras. É o cotidiano de milhares de adolescentes e de suas famílias, transportado para o cinema e não podemos deixar de registrar o mérito dessa jovem – Eliane Maciel – que com 18 anos, já tinha escrito sua história e batalhava à procura de uma editora que publicasse seu livro. Até que achou a Editora Codexi que lançou o livro “Com licença, eu vou à luta”.



Celie lendo as cartas da irmã

“Você é preta, feia, pobre e mulher. Não vale nada. Que vai fazer da vida?” É a acusação que Celie ouve do marido quando resolve deixá-lo num dos episódios de “A cor púrpura”, filme de Steven Spielberg baseado no romance homônimo de Alice Walker. Spielberg, que vem se notabilizando pela conquista de platéias das mais variadas faixas etárias com filmes como “Tubarão”, “Caçadores da Arca Perdida”, e “E.T.”, aborda agora uma problemática social e deixa de lado os efeitos especiais que foram a marca registrada de suas obras anteriores.

“A cor púrpura” é o drama de uma mulher negra numa comunidade camponesa da Geórgia, entre 1909 e 1937. A emoção flui a cada cena. Com direção segura, Spielberg ganha o público para a trajetória de Celie, os dois filhos que gera com seu pai, dos quais é separada logo após o nascimento; o afastamento da irmã, de quem tanto gosta; os maltratos do marido-patrão e, de quebra, a opressão racial.

Trilha sonora, fotografia, direção. Todo o aparato técnico do filme é impecável, envolvendo o espectador com a trama vivida, levando-o a tomar o partido de Celie e indignar-se com a opressão de que a mulher e os negros são vítimas. Somente o final da película dá a sensação de agressão ao realismo visando “salvar” um final feliz para a trágica existência de Celie. Mas essas são vicissitudes do “gênero família” das produções de Spielberg. E, nele, só há espaço para o happy end.

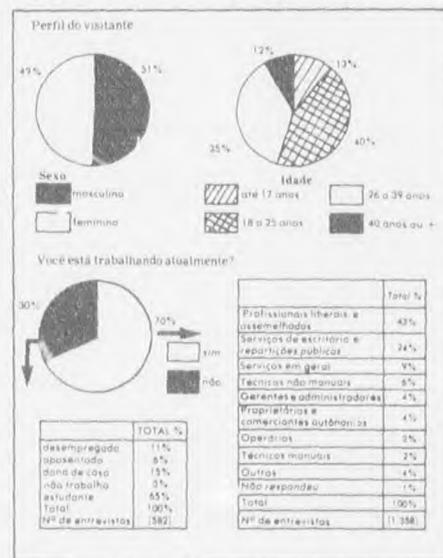
(Carlos Pompe).

9ª Bienal do Livro

Durante dez dias, de 21 a 31 de agosto, cerca de 750 mil pessoas visitaram o pavilhão de exposições do Ibirapuera, em São Paulo, comprando cerca de 750 mil exemplares, segundo a Câmara Brasileira do Livro, entidade organizadora da 9ª Bienal Internacional do Livro. Pesquisa realizada pela Folha de São Paulo revelou que a maioria dos visitantes se encontravam na faixa etária que vai até 25 anos e que houve equilíbrio entre homens (51%) e mulheres (49%), no público da Bienal.

As crianças deram um colorido especial ao evento, que criou espaços especiais para acolhê-las, além de vasta oferta de livros infantis. A presença massiva, sobretudo de jovens, é um bom indicativo do interesse pela leitura que ressurge com força neste momento de transição que a nação brasileira está passando depois de longos anos de obscurantismo e repressão. Dentre os 650 autores que deram autógrafos, estavam muitas mulheres. Destaque especial foi dado a Isabel Allende, sobrinha do presidente deposto e assassinado pelos generais do Chile. Marcaram presença também Heloisa Starling, autografando o seu Senhores das Gerais, e Rita Lee, grande atração do público infantil, com seu livro Dr. Alex. A temática feminina também esteve presente na Bienal, destacando-se entre a lista dos mais vendidos o livro de Alice Walker, A Cor Púrpura.

Quem foi à Bienal



Remédios somem do mercado



Jussara Cony defende medicamento nacional

Por iniciativa da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre foi lançada no dia 18 de setembro uma Campanha pela Indústria Farmacêutica Estatal. A vereadora Jussara Cony, presidenta da Comissão, coordenou o ato de lançamento que contou com a presença de entidades ligadas à área de saúde, bem como das centrais sindicais, da União de Mulheres e de instituições governamentais. Na oportunidade analisaram a posição a ser tomada diante do grave problema da falta de matérias-primas para a fabricação de medicamentos nas farmácias da rede privada e nos locais de distribuição de medicamentos. Mais uma vez fica evidenciada a ingerência do capital financeiro internacional que domina o processo de obtenção de matérias-primas, de produção e comercialização de medicamentos. Em vista disso afirmou Jussara Cony está se lançando a campanha pela indústria farmacêutica estatal, cujo objetivo é fazer com que o nosso país, seja soberano na obtenção de matérias-primas, e desenvolva uma indústria nacional, voltada para os interesses da nossa população.

Projeto vil é descoberto

Os defensores do controle da natalidade no Brasil elaboram verdadeiros planos estratégicos que mais parece uma tática de guerra contra óvulos e espermatozoides. É o que demonstra o PF-Brasil-Educação e Serviços de Planejamento Familiar do Distrito Industrial de Suframa em Manaus, Amazonas. Esse plano descoberto dentro da Universidade do Amazonas contava com o recebimento de caixas e caixas de laparoscópios (aparelho utilizado na ligadura de trompas), pílulas e outros artefatos contraceptivos, doados pela Pathfinder – organização internacional de caráter controlista.

Os responsáveis pela “execução do plano” negam-se a dar entrevistas, assim como maiores informações sobre a origem dessas caixas e detalhes da execução do projeto. O que se sabe é que tinha como objetivo a esterilização de 2500 mulheres do Distrito Industrial de Suframa, em Manaus!

Felizmente o tal projeto foi desmascarado a tempo e seus responsáveis terão que prestar contas perante o Conselho Federal de Medicina.

Aborto com assistência

Está em tramitação no Ministério da Saúde através de uma resolução Siplan, a concretização de uma medida que visa garantir atendimento médico às mulheres vítimas de estupro, ou com gravidez que implique em risco de vida para a mãe, no caso de essas mulheres desejarem fazer aborto. A resolução colocará para cada Estado brasileiro a responsabilidade, a nível das Secretarias Estaduais de Saúde, de designar um centro médico que dê o atendimento necessário a essas mulheres.

Depois do triste retrocesso ocorrido no Rio de Janeiro em que o projeto da Deputada Lúcia Arruda, que tinha esse mesmo objetivo foi barrado, essa resolução federal representa, sem dúvida, importante avanço.

SAÚDE EM DEBATE

Dois fatos, envolvendo a saúde da mulher e a ação governamental chamaram atenção nos últimos meses: o INAMPS lança uma resolução implantando o Programa de Saúde da Mulher em sua rede de postos de atendimento e o Ministério da Saúde se manifesta oficialmente, definindo uma posição sobre o planejamento-familiar, onde os métodos naturais, os de barreira, a pílula e o DIU são aceitos pelo governo. Rompe-se o longo silêncio que sempre percorreu o tema da contracepção, por parte dos órgãos oficiais. Seja o silêncio da omissão que favoreceu durante décadas a proliferação de órgãos particulares financiados por estrangeiros, seja o silêncio medroso que, embora demonstre indignação,

não apresenta solução para o enfrentamento do problema. Um número leque de forças saudou esses acontecimentos:

o movimento de mulheres, os partidos políticos, os profissionais de saúde e as entidades privadas de controle da natalidade. Como pode um tema conseguir tamanha unanimidade nacional?

Em primeiro lugar, a resolução do INAMPS representa apenas um compromisso público inicial que ainda está em aberto. Sendo assim, nós mulheres, através de nossas entidades e partidos políticos, saudamos a iniciativa, pela perspectiva que se abre de sermos ouvidas e ver garantidas algumas de nossas antigas reivindicações, como o atendimento fornecido prioritariamente pelos serviços públicos, um maior controle sobre a iniciativa privada, a oferta de ações e noções de planejamento familiar exclusivamente pelo Estado, a coibição da atuação de clínicas privadas de controle da natalidade, a produção nacional de anticoncepcionais.

E os controlistas? Qual a origem de tamanho entusiasmo? A oferta de serviços de planejamento-familiar, particularmente a esterilização cirúrgica, abusiva em nosso meio, representa uma tentadora fatia desse mercado em que se transformou a saúde no Brasil. A entrada do INAMPS no atendimento específico à saúde da mulher, inclusive com planejamento familiar, representa para esses setores uma possibilidade de terem seus serviços conveniados com o INAMPS, uma vez que a rede pública ainda não se encontra preparada para o atendimento. A prova desse fato, é que o

Sr. Elsimar Coutinho, Presidente da Associação Brasileira de Entidades de Planejamento Familiar, já acenou com essa oferta ao Presidente do Inamps, através de telegrama publicado no jornal daquela entidade.

Ja pensaram o que significaria para as mulheres e para a dinâmica populacional brasileira, o INAMPS pagar clínicas e hospitais privados pelo número de laqueaduras realizadas, DIUs colocados, pílulas distribuídas?

Decididamente, nossa atuação terá que ser muito firme e ampla o suficiente no sentido de impedir que essa possibilidade ganhe terreno.

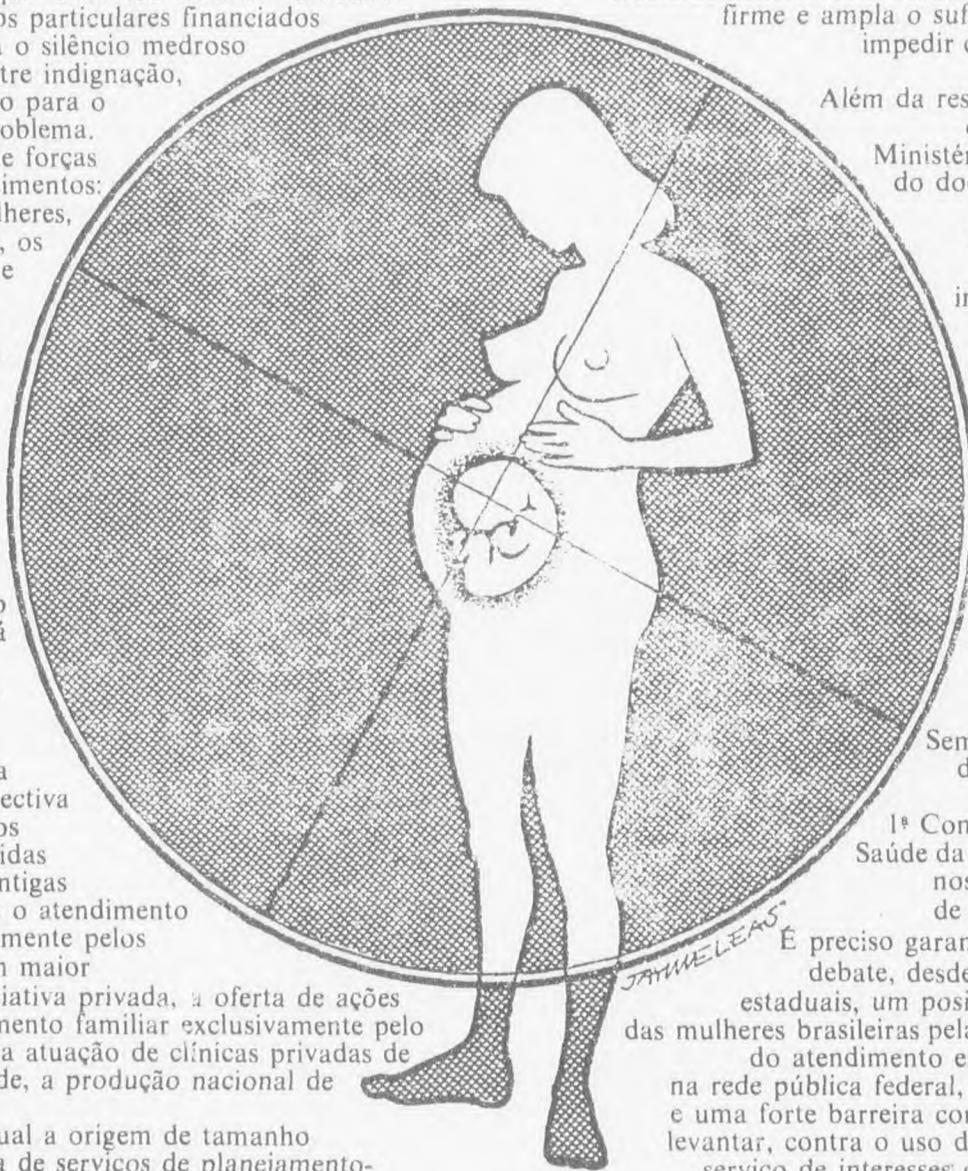
Além da resolução do INAMPS, o posicionamento do Ministério da Saúde, através do documento "A Questão do Planejamento Familiar" poderá ser um instrumento importante nessa luta, uma vez que nele, o

Ministério se compromete com uma postura não controlista e de substituição gradativa dos serviços privados pelos serviços públicos. Cabe a nós mulheres exigir que esse compromisso seja assumido de fato e se torne realidade.

Sem dúvida, a discussão desses acontecimentos irá permear a 1ª Conferência Nacional de Saúde da Mulher a se realizar nos dias 10, 11, 12 e 13 de outubro em Brasília.

É preciso garantir, através de amplo debate, desde as Pré-Conferências estaduais, um posicionamento decidido das mulheres brasileiras pela efetiva implantação do atendimento específico à sua saúde na rede pública federal, estadual e municipal e uma forte barreira como sempre souberam levantar, contra o uso do corpo da mulher a serviço de interesses originados nos países imperialistas e que sempre tentam atribuir ao nascimento de brasileiros a causa da miséria e do subdesenvolvimento. Queremos planejar o número de filhos sim, mas com liberdade e como um direito à saúde e a maior participação da mulher em nossa sociedade.

Dra. Sara Sorrentino
Integrante da Comissão de Saúde
do Conselho Estadual da
Condição Feminina de São Paulo



Investidas do chefe, problema a mais

Há chefes, patrões ou mesmo colegas de trabalho que insistem em fazer propostas sexuais às mulheres com quem trabalham lado a lado.

Começam com piadinhas, gracejo e beliscões de "brincadeira". Conforme as condições, não se incomodam de se tornarem "chatos" e até violentos.

São as perseguições ou violências sexuais ocorridas no trabalho.

São ainda pouco faladas, mas ocorrem com frequência.

Nas delegacias regionais do trabalho, ainda fazem chacotas e piadas, quando recebem uma trabalhadora, que sozinha ousa chegar até aos

fiscais e denunciar a perseguição sexual do patrão, como ocorreu recentemente, com Maria das Graças, funcionária de uma loja, no centro de S. Paulo. Acuada pelo patrão que insistia para que ela fosse para a cama com ele, Maria das Graças, recém-chegada do Maranhão, percebeu que cedendo ou não seria demitida, pois segundo a faxineira, isso já tinha acontecido com outras funcionárias. Tentou mostrar para o patrão o quanto ele estava sendo inconveniente com suas atitudes de chegar até seu ouvido "para falar um monte de besteiras" ou de dar "beliscões e dizer quando iremos para um motel". Como ele não desistisse, ela então resolveu fazer a denúncia, na Delegacia

Regional do Trabalho. Os fiscais não fizeram nada, "a não ser rir da desgraça alheia. O patrão ficou sabendo e por enquanto eu estou trabalhando lá, mas vou logo procurando outro emprego, antes que ele me mande embora", comentou Maria das Graças. São poucas as denúncias encaminhadas à Justiça do Trabalho e o agressor sempre se defende, acusando a vítima de inventar histórias para encobrir sua incompetência profissional.



O QUE FAZER ENTÃO NESTA SITUAÇÃO?

Pedir demissão, batalhar outro emprego ou criar coragem para enfrentar a situação. As entidades defensoras dos direitos das mulheres recebem constantemente essas denúncias. A trabalhadora perseguida encontra um espaço aberto para se colocar, recebe o apoio e a solidariedade e alguma orientação. Entretanto, como essa questão também envolve a área trabalhista principalmente, é necessária a ação do sindicato. Alguns sindicatos já se encontram preparados para receber e encaminhar queixas dessa natureza.

A primeira vez na história do sindicalismo brasileiro que um sindicato fez um ato público em defesa da mulher operária foi no dia 2 de abril do ano passado. Janete, uma jovem metalúrgica de São Paulo da FH disse não à cantada do patrão. Casada, um filho

de um ano e meio contou com o apoio que trabalhava na. Foi demitida, o que causou muita revolta.

O sindicato, o Conselho Feminista Mulheres de São Paulo, delegação da Saad, empresas próximas de desagravo em função.

Os moradores das proximidades da empresa, curiosos. E ao ocorrido achavam Janete, do sindicato e

O SILÊNCIO É CÚMPLICE DA V

Quando as kom dos Metalúrgicos chegaram na porta muita gente se aproximou denunciou que sua ilegal, já que ela era CIPA.



Nunca faça como esta moça; para evitar situações constrangedoras, evite ficar sozinha com "aquele" chefe que a persegue. Não assumo o papel de vítima

Problema a mais para a trabalhadora



ENTÃO
ÇÃO?

o, batalhar outro
coragem para
ção. As entidades
direitos das mulheres
mente essas
batalhadora perseguida
ação aberto
recebe o apoio e a
alguma orientação
o essa questão também
trabalhista
é necessária
ato.
es já se
arados para receber
eixas dessa natureza.
ez na história do
sileiro que um
ato público em
operária foi no dia
o passado. Janete,
alúrgica de São
sse não à cantada
da, um filho

de um ano e meio na época, ela contou com o apoio do marido que trabalhava na mesma empresa. Foi demitida, o que causou muita revolta na empresa.

O sindicato, o Conselho da Condição Feminina, a União de Mulheres de São Paulo e delegação da Saad e da Mapri, empresas próximas, fizeram um ato de desagravo em frente à FH.

Os moradores das casas próximas à empresa também saíram à rua, curiosos. E ao saber do ocorrido achavam justa a atitude de Janete, do sindicato e das entidades.

O SILÊNCIO É CÚMPLICE DA VIOLÊNCIA

Quando as kombis do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo chegaram na porta da empresa, muita gente se aproximou. Janete denunciou que sua demissão fora ilegal, já que ela era membro da CIPA.

Operários e operárias da Saad e da Mapri, se solidarizaram com a colega.

Como afirmou um torneiro da Mapri, "o Sindicato fez bem. Acho importante isso acontecer para as mulheres terem coragem de denunciar o que ocorre dentro da fábrica".

O Sindicato dos Telefônicos de S. Paulo abriu processo na Justiça de Trabalho contra o chefe de uma seção do Posto Telefônico da Praia Grande porque este agrediu sexualmente uma funcionária, depois de insistir muito para que ela tivesse relações sexuais com ele.

Não conseguindo através das "cantadas", partiu para a agressão, quando ela se encontrava numa sala sozinha. A princípio, a Justiça do Trabalho, não quis aceitar o processo, alegando não ser do âmbito trabalhista, mas, depois, devido à pressão do sindicato, encaminhou o caso.

Conclusão: o chefe foi sumariamente demitido e a moça continua a trabalhar tranquilamente. Essa situação torna-se mais difícil quando se trata de empresas privadas, e quando o sindicato tem pouca força junto à categoria.

No caso de uma empresa menor, onde o contato com o patrão ou chefe é mais frequente, é importante a mulher aprender a se defender desses constrangimentos. Geralmente são os homens que ocupam os cargos mais destacados e por isso se julgam superiores, considerando que toda mulher é presa fácil a ser conquistada sexualmente, particularmente as subordinadas. A moça que batalhou tanto o emprego, quer mantê-lo a todo custo, sente-se numa situação difícil, insegura sem saber se toma uma atitude conciliatória ou agressiva.

A AJUDA DOS COLEGAS É SEMPRE BEM-VINDA

Procurar apoio nos colegas de trabalho, é uma alternativa.



Janete foi a primeira a ter o apoio do sindicato

Terá mais segurança e testemunhas, para um possível encaminhamento junto ao sindicato ou à delegacia de polícia, onde deverá fazer um boletim de ocorrência. Atitudes conciliadoras não resolvem, uma vez que deixam o perseguidor sexual mais a vontade para prosseguir suas investidas. Evitar ficar sozinha e ter cuidado com as horas extras. Ter uma postura profissional e não se colocar como vítima, como uma coitada indefesa, nem como a culpada da situação. Para desarmar este tipo de homem, nada melhor que ter consciência de seus direitos e defendê-los com dignidade. E ter presente que hoje as agressões sexuais têm recebido um tratamento mais sério e adequado tanto por parte dos indivíduos como parte das instituições. O silêncio é o maior cúmplice. Há necessidade de se denunciar esses fatos. O movimento de mulheres tem procurado denunciar, apoiar e encaminhar proposta de alteração legislativa no sentido de garantir melhor defesa. São as seguintes as propostas da União de Mulheres de S. Paulo:

- É crime contra a mulher, inserida no mercado de trabalho, a submissão desta a coação ou violência sexual nas relações trabalhistas.

- Será considerado agravante na aplicação da lei, caso este crime seja praticado por elementos que ocupem cargos de chefia, usufruindo-se de sua posição social no trabalho para submeter empregados subalternos à condição de meros objetos sexuais.

- É dever da Justiça do Trabalho encaminhar e acompanhar devidamente denúncias feitas por sindicatos, órgãos dedicados à política sobre



Bote a boca no trombone; o silêncio é cúmplice da violência

a mulher ou qualquer outra instituição idônea, sobre agressões sexuais sofridas pelas mulheres durante o desempenho de seu trabalho. Novo espaço se abre para acolher as denúncias das trabalhadoras.

CRIAR APOIO EFETIVO À MULHER

Em outubro, a Secretaria Estadual de Relações do Trabalho de S. Paulo inaugura o serviço especial de atendimento trabalhista à mulher e ao menor.

Trata-se de um projeto conjunto daquela Secretaria e do Conselho Estadual da Condição Feminina de S. Paulo, que visa criar condições para ampliar o mercado de trabalho como

também de receber e cadastrar denúncias de situações que acarretem prejuízos e ou discriminação à mulher e ao menor, no exercício e desempenho de seu trabalho. É uma iniciativa importante que sem dúvida, procura enfrentar problemas trabalhistas que até o momento são desconsiderados pelos órgãos competentes. Mas este serviço tem o papel limitado de apenas orientar e encaminhar essas questões trabalhistas, por estar ligado a uma secretaria. Há necessidade de que ações como esta, sejam encampadas pelo Ministério do Trabalho, que é o órgão revestido de maiores poderes tanto a nível de fiscalização como de atuação, podendo, portanto, tomar medidas mais eficientes.

Uma conquista que merece ser consolidada

Atualmente, existem 23 Conselhos estaduais, municipais e Comissões provisórias no Brasil para defender os direitos da mulher. Uma conquista da luta das brasileiras, os Conselhos ainda encontram dificuldade para atuar e se colocar à altura dos objetivos a que se propõem.

O 1º Encontro Nacional dos Conselhos de Mulher realizado em Brasília nos dias 28 e 29 de julho, contou com representantes de 15 Conselhos e debateu durante dois dias suas experiências. Podemos tirar algumas conclusões iniciais.

A criação desses órgãos teve marcado significado na nossa luta emancipadora, retirando a questão da mulher da marginalidade oficial em que se encontrava há cinco décadas, desde a constituinte de 34 quando tinham sido alcançados conquistas institucionais importantes. E abri-



ram perspectivas para que se elaborasse programas governamentais visando atender a demanda feminina de forma mais abrangente.

Como órgãos de governo e da forma como se estruturaram, os conselhos têm limitações para cumprir o seu papel de elaboração e de implementação das políticas para a mulher. Não possuem autonomia administrativa e orçamentária, não contam com quadro de pessoal e verba própria. Por outro lado, a execução de programas de atenção à mulher nos seus diferentes aspectos exige uma ação integrada de vários órgãos, o que é difícil na nossa prática administrativa. A ausência da autonomia administrativa e orçamentária inviabiliza, em certa medida, a implementação de projetos pioneiros. Essa realidade faz com que ainda esteja na ordem do dia a batalha pelo fortalecimento dos Conselhos através da sua integração junto aos demais órgãos de decisão e da garantia de programas e verbas.

Os Conselhos e o movimento autônomo

A luta pela criação dos Conselhos teve forte participação de militantes dos movimentos autônomos e de Partidos políticos. Desde o surgimento do primeiro deles, discute-se qual a relação que as entidades de mulheres devem ter com esses órgãos governamentais. A primeira questão a ser resolvida é a de que os Conselhos não devem ser órgãos de representação ou de articulação dos movimentos autônomos. Seu objetivo, na verdade deve ser:

- Transformar em política oficial as propostas geradas pelos grupos e entidades de mulheres;
- Viabilizar projetos de apoio às suas iniciativas;
- Institucionalizar o combate às discriminações historicamente travado pelo movimento de mulheres.

Os movimentos autônomos, por sua vez, pautam sua intervenção com completa independência desses órgãos. Não subestimam a sua importância e por isso procuram influenciar na sua criação. Mas não nutrem ilusões quanto a seu papel, mantendo a seguinte postura em relação a eles:



Conselho Nacional presente na luta das diretas; o Estadual de SP em manifestação das operárias

- Apoiar o seu surgimento, interferindo para lhe dar um conteúdo democrático e progressista. Batalhar para romper o isolamento da questão da mulher a nível governamental, permitindo uma maior interligação com os demais órgãos.

- manter a autonomia do movimento, evitando qualquer atrelamento. Isso exige que as organizações de mulheres não percam a iniciativa quanto às diversas reivindicações até hoje levantadas e evitem se tornar integrantes formais dos conselhos.

No momento presente, portanto, temos dois desafios: um, de fortalecer as organizações autônomas, mantendo a sua iniciativa, ampliando a sua organização e buscando a sua articulação unitária e o outro, de fortalecer os Conselhos, não permitindo que alterações políticas governamentais levem à sua desarticulação.

Maria do Socorro Jô Moraes
Conselheira Executiva do CEM de MG
Presidente do Movimento Popular da Mulher

Por que as prateleiras



Até o início deste ano, prateleira vazia rimava com carestia. E agora, rimava com quê? Vazia, ela continua. As donas-de-casa que o digam. É verdade que houve alguns meses de trégua após o anúncio do Plano Cruzado. Mas depois o povo começou a enfrentar um outro tipo de problema; falta de mercadorias. Agora tem fila pra tudo. Nos supermercados e feiras não há variedade. Comprar uma dúzia de ovos ou um pedaço de frango exige muita ginástica e paciência.

Pior do que isso, alguns são obrigados a pagar além do preço tabelado para não ficar sem alguns desses produtos. É o ágio, que está corroendo o congelamento dos preços. E é imposto pelos pecuaristas, pelos grandes produtores, empresários e atravessadores, que querem ver a inflação de volta. Um quilo de carne de primeira, tabelado a Cz\$ 31, pode ser comprado por Cz\$ 310, dez vezes mais caro! E até a carne importada pelo governo está se cobrando ágio segundo denúncias de diversos Estados. Como é que as coisas chegaram a este ponto?

Tudo começou no dia 27 de fevereiro. O presidente Sarney anunciou que a partir daquela data tudo estava conge-



Favelada defende o congelamento

lado, preços e salários. Surgia uma nova moeda, o cruzado, mais forte que o cruzeiro.

O cruzeiro era desvalorizado em relação ao cruzado porque ele continha no seu valor a previsão da inflação anual que você deveria pagar. O governo considerou que a partir dali não haveria mais inflação. Convertidas para cruzados, todas as contas ficaram menores porque não continham essa previsão anual. Foi uma alegria só;

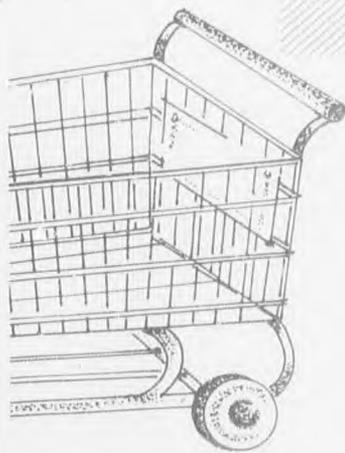
pagar menos aluguel, ter redução nas contas de água, luz, gás, imposto predial.

Mas pouco a pouco os trabalhadores foram verificando que continuava a sobrar mês no fim do dinheiro. E que os salários foram congelados quando estavam em baixa e os preços no pico. Não havia discurso nem fórmula mágica que aplanasse este desnível. Começaram as greves. E junto com elas a gritaria dos banqueiros, empresários, pecuaristas e proprietários de terras, já alarmados com a possibilidade de redução de seus lucros. No entanto os trabalhadores, com raras exceções, estavam apenas procurando repor o valor de seus salários, já que mesmo com o congelamento dos preços não dava para pagar as contas no fim do mês.

E não foi por falta de esforço do povo em manter os preços. Todo mundo se considerava "fiscal do Sarney". Imbuídos desta nova autoridade, populares fechavam lojas, armazéns e supermercados que apresentavam alterações nos preços das mercadorias. Isso ocorreu de Norte a Sul do País. Quem não participou diretamente viu pela televisão ou ouviu pelo rádio, acompanhou pela imprensa.

As mulheres, principalmente as donas-de-casa, organizaram verdadeiras brigadas de controle dos preços.





estão vazias?

Em Alfenas, sul de Minas Gerais ao se depararem com a fúria do delegado que defendia os remarcadores, elas não tiveram dúvidas: organizaram uma caravana a Brasília, enfrentando impavidamente o desconforto da estrada. E contando com apoio presidencial voltaram a fiscalizar os comerciantes para alegria dos moradores.

Os inimigos abertos ou camuflados do congelamento dos preços começaram a se articular logo após o anúncio do Plano Cruzado. Os banqueiros começaram a cobrar pelos serviços que antes prestavam gratuitamente a seus clientes. Reduziram como puderam o horário de trabalho dos bancários para pagar salários menores. E demitiram dezenas de milhares deles em todo o País.

Produtos essenciais, como gêneros alimentícios, simplesmente sumiram do mercado de um dia para outro. Outros tantos reapareciam com outros envoltórios, como caixas diferentes, um detalhe aqui outro ali. São os produtos "maquilados", difíceis de serem incluídos nas listas da Sunab.

Os problemas de abastecimento não são provocados por que o povo está comendo mais (o tal de aquecimento do consumo), como procuram afirmar os empresários. Todo mundo sabe que falta carne porque os pecuaristas não querem abater suas rezes a pretexto de que ganhariam muito pouco com isso. Tem boi no pasto, confirma a televisão. Tem boi no campo, confirmam também os milionários leilões da UDR (União Democrática Ruralista - organização de pecuaristas



Ana Maria Martins (à esquerda, em destaque) e Maria Saraiva (destaque à direita) numa manifestação do Movimento Contra a Carestia para barrar o aumento dos ônibus em 1981

Foto: Ailton Lente

e latifundiários com o intuito de defender seus domínios e seu gado).

E todo o dia a população, principalmente as donas-de-casa, enfrentam enormes filas para comprar carnes e outros produtos ou esbarram nos açougues fechados (em São Paulo eles são 90%). Voltam da feira com os carinhos vazios porque não encontram diversos legumes ou eles estão caros por causa da "maquilagem" e outras formas de burlar os preços.

Enquanto isso o Brasil **exporta** carne. Você leu bem, é isso mesmo! **Exporta** carne quando nós enfrentamos filas, recorremos à criatividade para inventar novos pratos ou somos obrigados a comprar carne congelada, importada, se achamos.

De janeiro a julho deste ano o Brasil exportou 175 milhões de dólares de carne de boi industrializada, 8,2% a mais do que no mesmo período do ano passado. E as exportações de frango cresceram ainda mais, tendo chegado a 176 milhões de dólares de janeiro a julho contra 138 milhões de dólares no mesmo período de 1985. Ao ouvir estes dados, uma doméstica não se conteve: "E o Tancredo disse que não ia pagar a dívida com a fome do povo. O Sarney também jurou mas para que será esta exportação enquanto eu, por exemplo, não compro mistura faz dois meses?"

No porto de Santos toneladas de litros de leite em pó provenientes da Irlanda estão apodrecendo sob a alega-

ção de que estão contaminadas devido ao acidente nuclear da usina de Chernobyl, na União Soviética. Lembra disso? Pois é, com acidente nuclear e tudo o leite foi comprado. Resta saber se o problema é mesmo contaminação ou má vontade na distribuição. O fato é que enquanto o leite em pó apodrece no porto, falta na praça... as crianças não têm o que tomar...

Pressionado pelos banqueiros, pelos pecuaristas e latifundiários, empresários e comerciantes que querem mais e mais lucro, o governo hesita e acaba fazendo concessões.





Algumas palavras que estão na ordem do dia e você precisa conhecer:
Ágio - é aquilo que você paga a mais sobre um preço tabelado. Ele surgiu para combater o congelamento dos preços pelo governo.

Sunab - Superintendência Nacional de Abastecimento - é um órgão do governo que tem a função de fiscalizar os problemas que ocorrem no abastecimento da população. Como o ágio, por exemplo...

Maquilagem - É a alteração do aspecto de um produto para burlar a vigilância da Sunab e, do povo e aumentar o preço.

UDR - União Democrática Ruralista - organização de grandes proprietários de terra e pecuaristas que surgiu para combater o plano de reforma agrária do governo e agora combate também o congelamento dos preços escondendo o gado.

Diversas listas da Sunab já foram divulgadas com preços diferentes. E um novo "pacote" surgiu elevando o preço da gasolina, o álcool, dos automóveis, do dólar e das passagens internacionais. Quem quiser comprar carro, por exemplo, tem que pegar este "empréstimo compulsório" ao governo. Passaram a existir dois índices de inflação: com ou sem esses aumentos...

O ágio acabou virando moda. E é cobrado sobre tudo: carne, arroz, feijão, uma lista imensa de produtos.

Apesar de todos estes problemas que o País enfrenta o governo continua desembolsando mensalmente cerca de um bilhão de dólares para pagar os juros da dívida externa.

"Quem não quer pagar o ágio tem que enfrentar o bicho de frente". A



afirmação é de Ana Maria Martins, candidata a deputada estadual (PC do B), moradora da Zona Leste de São Paulo, uma das fundadoras do Movimento Contra a Carestia. E continua: "Já fomos fiscais do Sarney, agora temos que ser fiscais do nosso próprio bolso. Já tivemos a experiência da luta contra a carestia. Agora temos que combater o ágio, que é um jeito de trazer a carestia de volta. Temos que exigir providências do governo quanto à falta de carne, ovos, remédios etc.

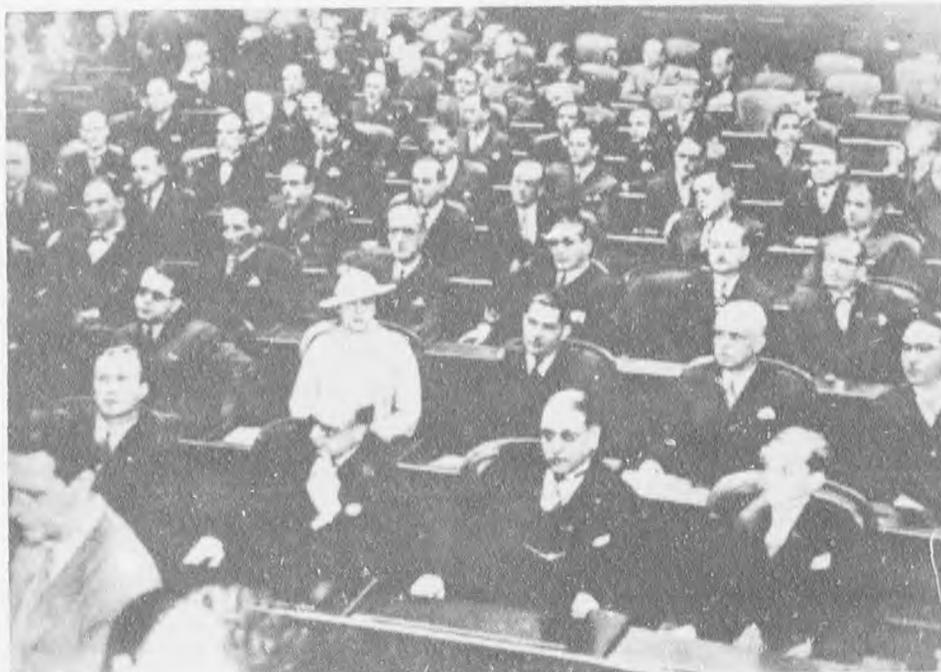
Maria Saraiva, dona-de-casa da região sul de São Paulo candidata a deputada estadual também fundadora do MCC relembra: "Soubemos sair às ruas, enfrentar a repressão, os cavalos do Figueiredo. Agora que temos um pouco de liberdade e que o próprio governo afirma que quer congelar os preços temos melhores condições de nos mobilizar e combater os inimigos do congelamento. Temos que fazer uma grande mobilização popular contra essa gente que quer trazer aqueles negros tempos de volta".

Ana agrega: "Naquela época (década de 70) fizemos um abaixo-assinado contra o aumento dos preços. Agora temos um outro abaixo-assinado chamando todos os brasileiros a exigir manutenção integral do congelamento, aumentos reais de salários, imediata agilização e ampliação da reforma agrária, suspensão do pagamento da dívida externa, respeito à liberdade de organização e luta dos trabalhadores. É um novo instrumento de mobilização e luta para o povo. Este abaixo-assinado foi feito pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT), pela Coordenação Nacional das Associações de Moradores (Conam), pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasi-

leira dos Estudantes Secundarista, (UBES). Mas é aberto a todas as entidades, partidos políticos, populares. Já recolhemos milhares de assinaturas. Esta é uma das formas de combater os inimigos do congelamento.

Os clubes de mães, entidades de mulheres, de bairros, sindicais e estudantis estão "pegando o touro a unha", levando o abaixo-assinado para todos os cantos. E mais uma vez as mulheres se destacaram nesta luta. Em Belém, no Pará, elas fizeram uma manifestação em frente à Sunab. No bairro da Liberdade, em Salvador, Bahia, organizaram passeatas e manifestações em prol do congelamento. Em São Paulo participaram em grande número de uma passeata em pleno centro da cidade. E a briga apenas começou. (Olivia Rangel)





Carlota Pereira, Constituinte em 1934

Por um espaço na Constituinte

Uma bancada feminina expressiva
será um avanço se
formada por mulheres comprometidas
com a luta do povo

Analisando-se a presença dos direitos da mulher nas Constituições brasileiras pode-se ter uma idéia da sua participação na vida política, econômica e social do país. As Constituições de 1824 e 1891 simplesmente ignoraram a mulher. A entrada mais massiva das brasileiras no mercado de trabalho no início do século XX, a sua presença marcante nas greves operárias, como a da fábrica Crespi de São Paulo em 1917, que foi o estopim de uma greve geral; suas reivindicações por redução da jornada de trabalho e salário igual ao do homem por trabalho igual, bem como a mobilização organizada pela conquista do direito ao voto que teve sua expressão maior com a criação em 1922 da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, tiveram seu reflexo na Constituinte de 1934.

Além de ser a única Constituinte brasileira que contou com a presença de uma mulher, foi a que

reconheceu a cidadania da brasileira, assegurando-lhe o direito de votar. Além disso, registrou o direito a salário igual por trabalho igual, assistência médica à gestante, instituição da Previdência a favor da maternidade, licença antes e após o parto.

De lá para cá, nenhuma Constituição brasileira registrou avanços significativos quanto aos direitos da mulher. A de 1946, por exemplo, que contou com certa participação popular, rejeitou o direito ao divórcio.

Mas, se as leis não avançaram, o mesmo não se pode dizer da força da mulher brasileira na sociedade, que emerge impetuoso, rompendo barreiras e preconceitos, ocupando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho, nas greves, nas mobilizações populares, nas lutas por suas reivindicações específicas e, o que é mais surpreendente, no debate político das questões cruciais que a nação enfrenta como a

dívida externa, reforma agrária e ... Constituinte.

Por tudo isso, cria-se a expectativa de que a mulher não ficará solitária, como Carlota Pereira em 34. Haverá, seguramente, uma bancada feminina significativa, que sabemos não corresponderá ainda à presença da mulher na sociedade, mas de certa forma representará um avanço em relação ao passado, acima de tudo se formada de mulheres comprometidas com a luta do povo. E não é só isso. Mesmo que numericamente não sejamos muitas a ocupar um lugar na plenária Constituinte, a nossa força emergente e a mobilização em torno de nossos justos direitos já ganhou a simpatia daqueles futuros constituintes homens, que abraçaram a nossa causa, por entender que esta é uma causa que interessa a todos, homens e mulheres progressistas. Sabem que sem participação efetiva da mulher não se constrói uma sociedade justa e democrática.



Uma iniciativa que se propaga

Algumas Uniões de Mulheres estão realizando Constituintes simuladas, onde as candidatas que concorrem ao pleito de novembro ou "candidatas eleitas" pelos núcleos da entidade e sindicatos, defendem as reivindicações que pretendem ver incluídas na futura Carta Magna.

A primeira Mini-Constituinte realizada foi a de Vitória da Conquista na Bahia, promovida pela União de Mulheres, presidida pela professora Sônia Mota. Reuniu as candidatas a deputadas federais, Lidice da Mata do PC do B e Emérita Ramos do PT, além de delegadas escolhidas pelos diversos bairros da cidade. Ao final foi aprovado um relatório contendo as propostas apresentadas e elaborado um filme que a União de Mulheres utilizará para promover debates nos bairros e entidades populares.

A União de Mulheres de São Paulo, por sua vez, também realizou na Câmara Municipal uma Constituinte simulada e com a participação de 38 "deputadas eleitas" nos núcleos da entidade e por sindicatos. Cada uma contribuiu com uma idéia nova para que se chegasse ao final do dia com uma Constituição elaborada pelas mulheres, onde a defesa da soberania nacional, do estado democrático e da reforma agrária, foram o eixo central das questões gerais. Ao mesmo

tempo, denunciaram a discriminação específica de que é vítima, a mulher.

"O caminho para a mulher se libertar é ter o direito ao trabalho garantido", afirmou Iracema Santos do Sindicato dos trabalhadores rurais de Barrinhas. Já Maria Antônia Glioti, representante do grupo de 3ª idade denunciou que "envelhecer no Brasil é acima de tudo um ato de coragem quando deveria ser um ato de dignidade. Suas propostas foram aplaudidas de pé: "eliminação do limite de idade, nos concursos públicos e respeito aos direitos dos idosos ao convívio familiar, comunitário e social. Rosana Salomão representante do núcleo do Grajaú, Santo Amaro, defendeu a necessidade de que a nova Constituição tenha um capítulo especial dos direitos da mulher que enfatize o combate à discriminação e garanta a igualdade de direitos.

Um excelente instrumento de mobilização e uma forma viva das mulheres participarem do debate Constituinte, a experiência da mini-Constituinte vem entusiasmando e se propagando. As mulheres de Sorocaba em São Paulo, o Centro Popular da Mulher de Goiânia, a União de Mulheres de Salvador e a União de Mulheres de Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul pretendem por em prática essa interessante iniciativa.

Revelando força e fé na mudança

O peso secular da opressão não impediu que as mulheres marcassem presença no debate Constituinte, chamando atenção da sociedade para suas reivindicações. Representam um dos setores mais mobilizados em todo dessa importante batalha política. Cartilhas, cordel, encontros, Constituintes simuladas e outras iniciativas foram se multiplicando, invadindo os recantos mais distantes, do Brasil, contribuindo para o despertar e de estímulo à participação política das mulheres, como mostram os fatos que destacamos.



Plenária da Mini-Constituinte em São Paulo

Encontro das Operárias

Cerca de 300 mulheres, representando 35 sindicatos e duas federações, participaram em São Paulo do Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras pela Constituinte. Realizado no final de julho por iniciativa do Conselho Estadual da Condição Feminina e pela Central Geral dos Trabalhadores - CGT, o encontro debateu as propostas das trabalhadoras para a Constituinte, estrapolando as questões específicas e aprovando por ampla maioria a suspensão do pagamento da dívida externa, a proposta de extinção do Senado e a adoção de co-responsabilidade, onde o presidente necessita do apoio da Câmara para governar. Mais uma vez, as trabalhadoras mostraram compreender que, para resolver o problema da discriminação da mulher é preciso que elas discutam e participem da vida política.

Carta das M

Sob o slogan "Mulheres participam", a primeira Constituinte do Conselho Estadual de Minas Gerais promovida no dia 13 de setembro reuniu 27 candidatas e debateram em grupos. O tema mais polêmico foi o do aborto, que em plenária, que por sua vez, a seguinte reivindicação na Constituição: "Garantir assistência à opção pela concepção ou de interrupção da desejada".

As 400 mulheres participaram uma carta a ser enviada aos constituintes. Ao final foi dada a palavra às mulheres que saudaram as mineiras e se comprometeram com as reivindicações apresen-

Elas dando força na mudança

cular da opressão não impediu que as marcassem presença no debate Constituinte chamando atenção da sociedade para as reivindicações. Representam um dos setores mobilizados em todo o país nessa importante política. Cartilhas, cordel, encontros, reuniões simuladas e outras iniciativas se multiplicando, invadindo os recantos mais afastados do Brasil, contribuindo para o crescimento e de estímulo à participação política das mulheres, como mostram os fatos que desta-



Mesa do Encontro Nacional



Mini-Constituinte em São Paulo

Encontro das Mulheres Trabalhadoras

de 300 mulheres, representantes de sindicatos e duas federações, reuniu-se em São Paulo do Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Constituinte. Realizado no âmbito por iniciativa do Conselho Estadual da Condição Feminina e do Conselho Geral dos Trabalhadores, o encontro debateu as propostas das trabalhadoras para a Constituição, abrangendo as questões de melhoria do pagamento da dívida, a proposta de extinção do imposto de renda e a adoção de co-responsabilidade do presidente necessita do voto da Câmara para governar. Mais de 400 trabalhadoras mostraram interesse em saber que, para resolver o problema da discriminação da mulher, é preciso que elas discutam e participem da vida política.

Carta das Mineiras

Sob o slogan "Mulher na Constituição, participação da maioria", o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais promoveu um Encontro no dia 13 de setembro. Estiveram presentes mulheres de 27 municípios que debateram em grupo suas reivindicações. O tema mais polêmico do encontro foi o do aborto, levado à votação em plenária, que por maioria aprovou a seguinte reivindicação a ser incluída na Constituição: "Cabe ao Estado garantir assistência à mulher na sua opção pela concepção, contracepção ou de interrupção da gravidez não desejada".

As 400 mulheres presentes aprovaram uma carta a ser enviada aos futuros constituintes. Ao final do encontro, foi dada a palavra às candidatas mineiras que saudaram a mobilização das mineiras e se comprometeram com as reivindicações apresentadas.

Entusiasmo em Brasília

Depois do dia 17 de abril de 1984, quando cerca de cinco mil mulheres se reuniram em Brasília para exigir diretas já, a capital federal nunca reuniu tantas mulheres quanto no Encontro Nacional a Mulher e a Constituinte, realizado no dia 26 de agosto.

O tempo foi curto para dar vazão ao entusiasmo e vontade de participar das mais de mil e quinhentas mulheres vindas de todos os estados do Brasil, das mais diversas categorias, trabalhadoras rurais e urbanas, representantes de União de Mulheres e outras organizações autônomas. Foi um encontro exitoso por refletir a grande mobilização das mulheres em torno da Constituição, a garra e clareza com que vem defendendo as reivindicações que pretendem ver incluídas na Nova Carta Magna.

O documento aprovado e entregue às autoridades defende, dentre outras coisas, a igualdade de direitos entre homens e mulheres na família, na sociedade e no trabalho, o direito da mulher de evitar ou interromper a gravidez, mudança da imagem social da mulher, reforma agrária, democratização do Estado e das instituições, respeito à autodeterminação dos povos. O brilhantismo do evento foi quebrado apenas pela pouca discussão da redação final da Carta, que ficou centralizada pela direção, bem como toda a condução do Encontro.

A trabalhadora rural de Goiás

O 1º Congresso Estadual da Trabalhadora Rural, realizado em Goiânia, nos dias 9 e 10 de setembro, reuniu 700 pessoas, representantes de 120 municípios. Promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), contou com o apoio de 60 sindicatos de trabalhadores rurais e do Centro Popular da Mulher. O tema central das palestras e discussões foi a situação da mulher do campo e suas propostas para a Constituinte.



Reforma Agrária e Aposentadoria, as propostas

Logo na abertura foi retratada de forma viva a situação de violência e exploração em que se encontram as mulheres camponesas. A posseira Raimunda Gomes da Silva, do município de Itaguatins, na Região do Bico do Papagaio, denunciou que está sendo ameaçada de morte por grileiros "porque estou falando contra as injustiças. Mas não é isso que vai me calar. Se calarem a minha boca tem a de vocês para falar. Enquanto estiver viva vou continuar lutando com meus companheiros e minhas companheiras".

Marilena Alves Macedo, presidente do Sind. dos Trabalhadores de Joviânia e diretora da Fetaeg, afirmou que a mulher camponesa é explorada e discriminada desde a infância até a velhice. "Agora com a chegada da Constituinte, é necessário que a gente lute unida, tanto para garantir a reforma agrária anti-latifundiária, como também para assegurar nossos direitos enquanto mulher", comentou a sindicalista.

As camponesas faziam fila para falar. Nos rostos, as rugas e cicatrizes, nas palavras, o sofrimento e a coragem, eram testemunhos vivos da necessidade de mudar uma realidade cruel.



Camponesas, quebradeiras de côco e lavradoreas do Maranhão, revelam que, além da discriminação e da violência do homem contra a mulher, elas lutam contra a violência cometida por latifundiários, grileiros, jagunços e policiais contra seus maridos, filhos e irmãos.

O primeiro Encontro da Mulher Tocantina foi realizado no final de agosto na cidade de Imperatriz, Maranhão, com a presença de 500 milhares. Imperatriz é a segunda maior cidade do Maranhão, incrustada numa região que ganhou fama nacional depois do assassinato do padre Josimo por pistoleiros a mando de latifundiários.

Foi, sem sombra de dúvida, um marco do avanço político das mulheres maranhenses. Aí elas denunciaram problemas comuns à grande maioria de nossas mulheres, protestaram contra a violência no lar, exigiram o direito à saúde, direitos iguais aos dos homens em todos os setores da vida política, econômica e social, creches e até a instalação da Delegacia da Mulher na região. As mulheres ali presentes, camponesas, analfabetas em sua maioria, caracterizando o avanço político da mulher do campo, exigiram a imediata implantação da Reforma Agrária, a participação da mulher na Constituinte, protestaram contra as falcaturas do poder público a corrupção e deixaram claro que não mais aceitarão a presença impune de tantos criminosos nas ruas de Imperatriz.

A sua simples presença, mar-

cada pelos cabelos desgrenhados, as mãos calejadas, a pele ressequida pelo sol, bastaria para confirmar as denúncias que trouxeram. Uma mulher de Açailândia, professora de crianças desnutridas, mãe de 21 filhos, 8 vivos, ganha Cz\$ 310,00 por mês; a mulher do Paraíso ganha Cz\$ 50,00 por mês e sustenta a família com a ajuda dos Cz\$ 400,00 mensais do marido; uma quebradeira de coco grita improperios contra as mazelas cometidas por uma máquina que tem a mesma função que exerce e que se acha instalada em uma das fazendas do governador do Estado. Elas lutam sobretudo pelo direito à terra para trabalhar.

Mas são estas mulheres, massacradas pela vileza do latifúndio, que encontram forças para vencer



Avanço da mulher do campo

légua intermináveis de chão e exigir liberdade e autonomia sindical, o fim da violência contra a mulher, total assistência às mães e crianças, bem como a exoneração do delegado local, Walber Dourado e do Secretário de Segurança, Silva Júnior e até a suspensão do pagamento da dívida externa. Vieram de todos os pontos da região: Açailândia, Porto Franco, Nova Imperatriz, Parque Anhanguera, Bacuri, Santa Inês, trazer uma mensagem de resistência aos desmandos políticos e à propagação do latifúndio.

O Encontro foi coordenado pela responsável do mov. de Mulheres em Imperatriz, Tereza Figueiredo e contou com as presenças de Isabel Cafeteira, esposa do candidato a governador da Aliança Democrática, Epitácio Cafeteira, e do deputado do PMDB e candidato a Constituinte, Luiz Pedro.

Ficou a cargo da presidente da União de Mulheres de São Luiz, Maria José Lopes Leite, falar sobre a participação da mulher na Constituinte.

Do encontro foi tirada uma Comissão Provisória da União de Mulheres de Imperatriz para dar continuidade à luta das mulheres da região.

É necessário um capítulo dos direitos da Mulher na Constituição?

Norma Kyriakos, procuradora geral do Estado e assessora especial do governador Franco Montoro, afirma que sim. Pois, frente às discriminações sofridas pelas mulheres, há que se criar mecanismos necessários à execução dos princípios de igualdade que seriam garantidos através de um capítulo próprio.

A questão da mulher polariza-se entre duas interrogações: luta geral e a luta específica. É o velho debate, cada vez mais atual. Alimenta-se, todavia, de um equívoco, que entende as duas lutas como antagônicas. Não o são. São isto sim, complementares entre si: não se chega ao geral sem levar em conta o específico e vice-versa. Essa preliminar surge a propósito do tema "Mulher e Constituinte", ou melhor especificando da necessidade da inserção do **Capítulo da Mulher** na Constituição que ora se delinea.



Norma: Um Capítulo da Mulher

A mulher sofre discriminação em todos os setores, a começar pela família, passando pelo trabalho, enfim, na sociedade. Daí a necessidade do capítulo específico, onde fique acentuada a identidade da mulher e os princípios que deverão nortear o acesso dela ao ideal de igualdade. Princípios esses com a força da garantia constitucional.

O capítulo dos direitos individuais ou fundamentais conterá um artigo sobre a igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs; o capítulo da mulher, parte da ordem econômica e social, abordará de forma mais ou menos genérica os princípios básicos e específicos de garantias na família trabalho e sociedade.

Finalmente, os direitos constitucionais da mulher serão adequadamente enfocados nos demais artigos e capítulos.

UNIÕES DE MULHERES DO NORDESTE também se posicionaram favoravelmente ao capítulo dos direitos da mulher em encontro realizado no início de agosto em Natal, Rio Grande do Norte. Sistematizaram reivindicações consideradas fundamentais e que mais têm empolgado as mulheres interessadas no avanço de sua luta emancipadora e da sociedade.

As mais importantes a serem incluídas no capítulo são:

- A família é constituída pela união voluntária entre o homem e a mulher com plena igualdade jurídica.
- O divórcio será reconhecido por lei;
- O Estado protege a família através da criação e desenvolvimento de uma ampla rede de instituições materno-infantis e creches.
- O Estado prestará assistência integral à saúde da mulher, e criará condições de acesso à informação e aos meios que lhe permitam exercer o direito de conceber, evitar, ou interromper a gravidez não almejada.
- O Estado incentivará a divulgação de uma imagem social da mulher como cidadã, trabalhadora e responsável pelos destinos da nação em igualdade de condições com os homens;
- Serão punidos todos aqueles que cometerem atos de violência física contra a mulher.



Silvia em manifestação das diretas

Nosso voto para quem?

Penso que as mulheres devem votar em candidatos comprometidos com as bandeiras populares, com a luta contra todo tipo de discriminação e, mais especificamente, contra a discriminação em relação à mulher.

Para "descobrir" este candidato não devemos levar em conta apenas seu discurso. Nem sempre a facilidade de comunicação, que chega a ser carismática em determinados candidatos, vem acompanhada de um desejo real de engajamento nas lutas populares.

Propostas inovadoras e atraentes surgem com abundância durante as campanhas eleitorais. Mas o candidato de nossa escolha deve ser conhecido não apenas pelo seu discurso presente ou intenções futuras. Devemos pesquisar o seu passado, uma vez que o candidato das mulheres deve apresentar uma história de compromisso com o ideal democrático, onde se inclui a causa da mulher.

Não podemos dizer, de uma forma simplista, que mulher só vota em mulher, embora seja importante que muitas sejam eleitas. Afinal é inexpressiva hoje a presença da mulher no legislativo (1,7% da Câmara Federal e 2,9% das Assembleias Legislativas, eleitas em 1982). Não basta a mulher votar em mulher. É preciso que sua escolha recaia em candidatos, mulheres e homens; que apresentem um trabalho efetivo pela causa da emancipação feminina. E não só isso, precisamos de candidatos comprometidos com a causa da democracia no Brasil, de candidatos que lutem e defendem os interesses do povo brasileiro.

Silvia Pimentel
Professora de Direito da PUC-SP

Constituinte em Cordel

No fim do autoritarismo
teve o Brasil precisão
de alcançar novo avanço
na democratização
só há desenvolvimento
com o elaboração
d'outra Constituição

A mulher já lutou contra
o regime militar
fez campanha das diretas
greve em qualquer lugar
por liberdade de ações
e pelas movimentações
da massa mais popular

Nós mulheres precisamos
de muita organização
conscientizando a todos
do que temos precisão
escolhendo representantes
pra sermos participantes
desta Constituição

Que haja uma cultura
em nossa sociedade
para o homem e a mulher
com a mesma qualidade
pra que os dois
não se ofendam -
sejam unidos e se entendam
dentro da mesma igualdade

É necessário também
mudar as mentalidades
mostrar no rádio e TV
a nossa capacidade
nas revistas escrever
pra que todos possam ler
que somos maior de idade

É preciso acreditar
que a mulher tem condição
de transformar a si mesma
e transformar a nação
acabando preconceitos
exigindo seus direitos
de mulher e cidadã

E a mulher que decida
quantos filhos lhe convém
o Estado garantirá
sua assistência também
sem ingerir nos roteiros
interesses estrangeiros
de homem nem de ninguém

É obrigação do Estado
proteger famílias mil através
da criação
da assistência infantil
rede nacional de creches
que nossa porta se feche
contra os erros do Brasil

Duas ativistas do movimento de mulheres
em Pernambuco, Solange Souza, Presidente da
União de Mulheres do Recife e Ana Vasconcelos,
do jornal Tempo Mulher, juntaram-se ao artista
popular Sinésio Pereira e elaboraram uma pro-
posta para a Constituinte em cordel.

Este texto original serviu de base para a dis-
cussão no Encontro da Mulher Sertaneja realiza-
do no início de agosto em Petrolina, Pernambu-
co, que contou com a presença de 800 mulheres
do sertão pernambucano.



O trabalho é um direito
e um dever do cidadão
quer seja homem ou mulher
desta imensa nação
com direitos necessários
sendo iguais os salários
e a mesma condição

As empregadas domésticas
que são as mais sofredoras

de seus filhos
e dos seus lares
são elas as zeladoras
olhe este pessoal:
dê o salário igual
ao das outras trabalhadoras

A mulher rural casada
a desquitada ou solteira
amigada ou deslavada

pouco importa a maneira
que tenha a todos sentidos
seus direitos garantidos
como a cidadã primeira

Que a mulher negra seja
ouvida da roça a praça
com as reivindicações
na baixa e na alta massa
que haja condenação
para discriminação
em razão de sua raça

Quem usar mulher a força
ser punido com rigor
receber sentença máxima
sem direito a protetor
pra que outrós compreendam
não façam mais e entendam
que a força não é amor

Pois a defesa de honra
não poderá ter lugar
pra quem matar a mulher
fora ou dentro do lar
que haja sentença forte
em pagamento da morte
ser preso e não se soltar

Filhos de modo geral
desigualdade não mais
ficando modificado
o Pátrio Poder dos pais
no Código e também na vida
que pai e mãe
são guardadas com
responsabilidades iguais

E como a mulher também
é povo, é mãe, é amante
é companheira constante
na fábrica e no quintal
incluira no discurso
as lutas gerais em curso
pela emancipação total

Mulher a reivindicar
pela reforma agrária
deverá ser atendida
na reforma tributária
vocês sabem que mulher
tem direito e também quer
reforma judiciária

Vai para a Constituinte
pra seus debates marcados
esta contribuição
das mulheres aos deputados
senadores e presidente
se não respeitarem
a gente também não
são respeitados,

Autor: Sinésio Pereira
Participação: Ana Vasconcelos
Solange Souza

Pelo Mundo

Desaparecidos

O Comitê das Mães dos desaparecidos de El Salvador vem realizando ampla campanha de denúncia visando angariar solidariedade e localizar seus familiares. Como parte da campanha estão divulgando o quadro dos assassinados pelo regime, de 15 de outubro de 1979 a dezembro de 1985.



Mundial de vôlei

A seleção brasileira de vôlei feminino não conseguiu se colocar entre os quatro primeiros classificados no 10º campeonato mundial feminino de vôlei na Tchecoslováquia, conforme pretendia. Valeu no entanto o esforço dessas valorosas jogadoras que são um destaque de presença feminina no esporte brasileiro.

Negras nos EUA

Segundo relatório da Universidade de Michigan, a mortalidade materna registrada entre as mulheres negras dos Estados Unidos é mais alta do que a de Costa Rica, Cingapura e outros países em desenvolvimento e três vezes maior do que a referente às mulheres brancas norte-americanas. Alega-se essa incidência ao fato de as negras não terem as mesmas condições de acesso ao

tratamento pré-natal. Em 1983, período estudado pela diretora de pesquisa da Universidade, Kristine Siefert, essa taxa foi de 5,9 para cada 100 mil mulheres brancas e de 18,3 para cada 100 mil mulheres negras.

Poema português

A União das Mulheres Antifascistas de Portugal enviou à nossa redação um cartão de congratulações pelo lançamento da nossa revista com o seguinte poema:

Irmãs, não digamos "nós não podemos nada"...

Não mais incertezas,
Não mais hesitações.

Ponhamos claramente esta pergunta:

Que queremos?

Nós queremos a nossa emancipação total e completa.

Deixai-os rir

Um dia virá em que não rirão mais

Esse dia está tão longe?

Que importa?

As dificuldades, os sofrimentos, as lutas terão sido para nós.

A felicidade será para as nossas irmãs,

Para as mulheres que nascerão depois de nós.

Mulheres, respondi aos homens que vos perguntarem:

Que quereis? Que pretendeis fazer?

Nós queremos reconstruir convosco um mundo novo,
Onde reine a paz e a verdade.

Queremos que a justiça esteja em todos os espíritos
E o amor em todos os corações.



Winnie, contra o apartheid

Símbolo de luta

Winnie Mandela, uma legisladora e nove jornalistas estrangeiros foram detidos quando visitavam uma escola para negros. A visita foi feita para provar a falsidade da afirmação do regime de minoria branca de que as escolas sul-africanas, para negros, tinham voltado à normalidade. Conhecida como a "mãe da nação negra", Winnie foi confinada durante oito anos na afastada região rural de Brandfort. Em agosto último, desafiando as ordens do governo racista ela retornou para sua antiga casa em Soweto. Casada há 27 anos com o líder Nelson Mandela, ela pouco pôde conviver com o marido. Mas assumiu o encargo de manter viva a luta pela qual foi presa, transformando-se num símbolo do movimento antiapartheid.

Creche

Uma Luta que tem história



Há décadas, as políticas governamentais visando proteger a infância, procuram subvencionar programas assistencialistas junto às instituições, principalmente religiosas e a Legião Brasileira de Assistência, que criam asilos e orfanatos para as crianças pequenas, pobres e abandonadas. Muitas vezes estes equipamentos são chamados de "creches" o que criou um grande preconceito contra o termo.

Entretanto, a partir de 1979, com a realização do 1º Congresso da Mulher Paulista, surge o Movimento de Luta por Creche, que unifica as várias iniciativas da população, com propostas novas: exigência de creches, como direito à educação das crianças de 0 a 6 anos, nos locais de trabalho e moradia. Rompe-se

impetuosamente com a concepção meramente assistencialista trazendo uma nova idéia de creche, com perspectivas para a educação da criança pequena. Uma proposta que prevê a educação coletiva com outras crianças e adultos, fora do âmbito familiar, onde se garanta cuidados necessários e estímulos para o desenvolvimento físico, emocional e intelectual da criança de 0 a 6 anos. Este movimento contou com a participação de mais de 200 entidades, femininas, de bairros e alguns sindicatos, mas quem de fato assumiu a bandeira da creche, foram os moradores da periferia. Caravanas de mães e moradores iam até a Prefeitura, com abaixo-assinados, faixas e até mapas dos terrenos municipais, onde as creches deveriam ser construídas. Enquanto aguardavam as autoridades,

as mulheres e as crianças cantavam paródias de músicas infantis, como a da Ciranda, com versos como estes: "O meu pai trabalha duro, o dinheiro nunca dá, eu preciso de uma creche prá mamãe ir trabalhar".

Pressionado pela população e com pretensões de se eleger a governador do Estado de S. Paulo, nas eleições de 82, o prefeito Sr. Reynaldo de Barros prometeu a construção de 800 creches diretas (construídas e mantidas pela prefeitura), o que na verdade nunca foi cumprido. Em 1981, foi inaugurada a primeira creche - no Pq. Figueira Grande, situada na zona sul da cidade de S. Paulo. Mas o movimento continuou a exigir do Prefeito a construção das creches prometidas. E acrescentaram estes versos, na música da Ciranda: "Só uma não dá, mais de mil vai precisar".

Hoje em S. Paulo, existem 237 creches municipais que atendem 23 mil crianças enquanto há uma demanda de aproximadamente 700 mil crianças de 0 a 6 anos. O problema fundamental é a falta de creches. Mas não é só esse. Os prédios foram construídos nos terrenos mais acidentados da periferia, sem nenhuma preparação prévia, o que compromete a estrutura desses prédios que se encontram ameaçados de desabar, em alguns casos. Falta profissionais devidamente treinados e até mesmo equipamentos, como fogão, geladeira e máquina de lavar roupa que, quando existem, estão constantemente danificados sem poder serem usados.



"Eu preciso de uma creche prá mamãe ir trabalhar"



Jânio Investe Contra Uma Conquista Popular

Sob a nova administração do Sr. Jânio Quadros - o atual prefeito de S. Paulo - a situação das creches tornou-se dramática. A pretexto de realizar uma série de obras, emitiu um decreto de nº 21.838 - que visa a "redução das despesas orçamentárias para 1986". Para isso, o sr. prefeito não vacilou em cortar a quantidade e a qualidade dos alimentos fornecidos para as crianças. Atualmente as creches municipais não têm fraldas, calças plásticas, mamadeiras, sabonete, sabão e outros materiais de higiene e limpeza.

Recentemente, o Sr. Jânio Quadros cometeu mais um: arbitrariedade, ao exigir que as pessoas que ocupam cargos de direção na prefeitura, inclusive, nas creches, assinem documento, afirmando que não estão filiadas a nenhum partido político e que não têm parentes candidatos. Caso não preencham estes requisitos, podem ser demitidas de seus cargos. É uma medida inconstitucional pois o artigo 153 da atual Constituição brasileira prevê que todos são iguais perante a lei, independente de sexo, cor, credo religioso e político. E como todos sabem, o Sr. Jânio Quadros foi eleito por ser candidato de um partido político - o PTB - do qual se encontra afastado, certamente por "incompatibilidade de gênios" e sua filha é candidata: Constituinte pelo PSC. Segundo suas medidas arbitrárias deveria ser ele o primeiro a ser demitido do cargo que ocupa atualmente - prefeito da cidade de S. Paulo.

Josefina do Nascimento Detomi, moradora do bairro de S. Joaquim, reclama que "as creches não estão ser-

vindo nem mais para depósito das crianças, uma vez que falta até alimentação. O trabalho pedagógico que sempre foi deficiente, piora a cada dia". Recorda a grande mobilização do povo para conquistar as creches: "Foi uma luta cumprida. Para os meus filhos não adiantou mas serve para os meus netos. Hoje a comunidade não pode nem entrar nas creches. Para evitar reclamações, não se faz reuniões com os pais, em muitas creches". Outra ex-integrante do Movimento, Fátima Miranda Costa e Lima, moradora da Favela Boa Esperança, em Sto Amaro, deixa uma pergunta no ar: "Quando é que a creche vai deixar de ser

uma reivindicação - uma luta danada - para ser de fato um direito das nossas crianças?" A sua própria indagação a ajuda refletir sobre essa luta, quando conclui: "O prefeito faz o que bem entende com as nossas creches. Onde estão as leis para garantir as conquistas do povo? Pode um prefeito deixar as creches assim abandonadas? Quando era candidato, prometeu construir creches até nos subterrâneos do metrô. Mas o que fez, foi ajudar a destruir o pouco que tem. Temos que exigir na Constituinte leis para criar e proteger as creches das garras de prefeitos malucos, como este de S. Paulo".



Falta alimentação, fraldas e materiais de higiene nas creches municipais

Creche



Creche, direito da criança

O que diz a lei

A única legislação federal que trata da guarda de crianças pequenas é a CLT (Consolidação das Leis no Trabalho). No seu artigo 389, diz que os estabelecimentos onde trabalharem pelo menos 30 mulheres acima de 16 anos devem manter um local apropriado para os filhos das trabalhadoras durante o período da amamentação. Mas o parágrafo seguinte diz que essa exigência poderá ser suprida mediante convênios, com creches distritais.

Na sua grande maioria, as empresas optam pelos convênios, por comodidade. Os convênios são feitos com creches distantes das empresas e

as trabalhadoras não são informadas. Na realidade, não passam de um papel assinado pela empresa para atender os requisitos da lei. Por isso são chamados "fantasmas". Há casos de creches que mantêm convênios com 200 ou mais empresas, com a solicitação de até 1.000 berços, sendo que de fato não possuem mais do que 20 berços.

Em 1984, o Conselho Estadual da Condição Feminina de S. Paulo, realizou uma pesquisa sobre as creches nas empresas e constatou que das 62 mil indústrias paulistas, apenas 38 mantêm berçários ou creches, em funcionamento. Em outubro de 85, a Delegacia Regional de Trabalho - S. Paulo, através da Portaria GD-05/85, de 29/10/85, resolveu dar um basta ao sistema de convênios fantasmas entre creches e empresas, autorizando apenas os convênios com creches que realmente possuem o número de berços solicitados pelas empresas.

Assim, foram suspensos todos os contratos que não estavam de acordo com essas determinações. A pressão dos empresários, revoltados contra as medidas moralizadoras do delegado, Dr. Carlos Stein, autor da Portaria, foi o suficiente para demiti-lo, enquanto a portaria era revogada, sob a alegação de "inconstitucionalidade".

Há empresas que não fazem convênios fantasmas, nem mantêm berçários para os filhos de suas empregadas. São aquelas que não cumprem a lei, nem de fachada. Mas quase ou nada mesmo acontece com elas. A punição é o pagamento de uma multa, que varia de 1 a 10 salários mínimos, valor insignificante para os

empresários. A Constituição paulista estabelece que os órgãos públicos que têm mais de 30 funcionárias devem manter creches para seus filhos até os 7 anos de idade. Hoje existem no Estado de S. Paulo, 85 centros de convivência infantil para atender os filhos das funcionárias públicas e de órgãos estatais.

Na atual Constituição brasileira, há um item que diz: "Lei especial disporá sobre a maternidade, a infância, a adolescência e a educação de excepcionais". Ou seja, o texto constitucional trata de maneira vaga, questões sérias como estas. Creche será tema obrigatório na Constituinte de 87 e a reivindicação que pleiteiam as mulheres, os sindicatos, é que a creche seja considerada como um direito da criança de 0 a 6 anos à educação e dever do Estado criar e manter creches para as crianças que demandarem este serviço. Assim como deve ser obrigação das empresas instalarem creches nos locais de trabalho ou nas proximidades para atender os filhos dos trabalhadores. Torna-se necessário, portanto que o Estado brasileiro reconheça a maternidade como uma função social. Ao gerar a vida, a mulher não está apenas satisfazendo suas necessidades pessoais ou biológicas, está também, propiciando à sociedade a preservação da humanidade, garantindo a existência da geração futura. Cabe ao Estado, pois garantir as condições tanto para a mulher exercer plenamente o direito à maternidade, como para a criança se educar e se preparar para exercer sua cidadania.

Maria Amélia A. Teles
Presidente da União de Mulheres-
S.P.

AGENDA

Conferência
Nacional de
Saúde

"Saúde e Direitos da Mulher"
Centro de Convenções

Brasília, de 10 a 13 outubro de 1986.



Isabel Allende (à esq.) com a mãe, Hortência, em uma reunião de exilados

HORTÊNCIA EM BUSCA DE SOLIDARIEDADE

Passados treze anos do golpe militar no Chile, Hortência Bussi Allende, de 72 anos, continua a lutar pela democratização de seu país. Na sua recente passagem pelo Brasil, pedindo apoio e solidariedade para a causa chilena, a ex-esposa de Salvador Allende, morto no golpe militar de 1973, deu lições a estudantes e políticos, de fé, resistência e esperança, na força da organização popular para o avanço da democracia.

Na Universidade de Brasília, diante de milhares de estudantes, ela afirmou que é necessário se ter consciência de que países como o Brasil, Argentina e Uruguai, estão passando por um processo de democratização. Ela reconheceu que ainda há muito a conquistar em termos econômicos e políticos, mas que apenas a luta popular possibilitará tais aperfeiçoamentos. Enquanto nesses países, disse, os Partidos se organi-

zam na legalidade, e o governo busca medidas econômicas para minimizar a pobreza, "As ditaduras sedimentam-se unicamente na corrupção e no arbítrio".

A figura miúda e tranquila de Hortência Allende, não deixa transparecer a violência do seu recente passado, quando presenciou o assassinato covarde de Salvador Allende, que representava para o Chile, a imagem do homem que quis e buscou a unidade e coesão do povo chileno. Depois disso, uma de suas filhas suicidou-se em Cuba pelos traumas sofridos no golpe militar do Chile. Essas lembranças a comovem, assim como com políticos brasileiros que encontrou no Chile junto a Salvador Allende. Um desses políticos foi Waldir Pires, candidato ao governo da Bahia, que relembrou seu encontro com Allende no exílio do Paraguai.

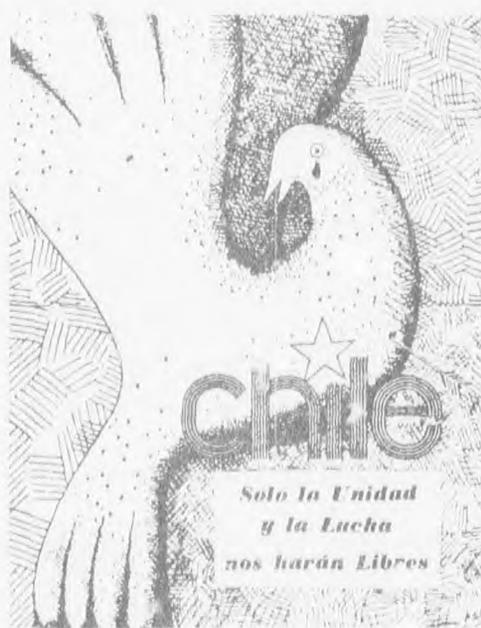
RESISTÊNCIA FEMININA

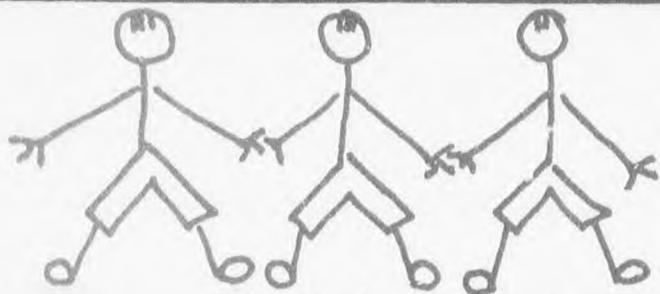
Hortência conta que no governo Allende, a mulher era vista como elemento fundamental à consolidação do processo democrático. Tanto que, o Presidente deu-lhe papel destacado em seu ministério, na Corte de Apelação e na direção de empresas e entidades. Enfatiza, que no governo do ditador Pinochet, as mulheres resistem ao arbítrio. Foram as primeiras a fazer greve de fome e a lutar para encontrar filhos, esposos e parentes desaparecidos. Hoje, segundo Hortência, as mulheres chilenas participam de comitês pela liberdade e pela vida e fora do país integram a "operação regresso", como sua própria filha Isabel Allende, no sentido de fazer com que exilados chilenos retornem a Santiago, acompanhados de políticos e sindicalistas de vários países da América Latina, inclusive do Brasil.

Hortência Allende destacou a importância da solidariedade ao povo chileno e disse ser amador que em outras partes do mundo as mulheres estejam à frente da luta pela democracia, como Corazon Aquino dirigindo as Filipinas e Benazir Butho, do Paquistão lutando pela democratização de seu país.

Valderez Caetano

Correspondente de Brasília





Direitos da

Artigo 1º - A criança gozará todos os direitos enunciados nesta declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.



Foto: Nair Benedito

Artigo 2º - A criança gozará proteção especial e serão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição de leis visando a este objetivo levar-se-ão em conta, sobretudo, os melhores interesses da criança.



Artigo 3º - Desde o nascimento, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.



Artigo 4º - A criança gozará os benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e criar-se com saúde; para isso, tanto a criança como a mãe serão proporcionados cuidados e proteção especiais, inclusive adequados cuidados pré e pós-natais. A criança terá direito à alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas.

Artigo 5º - À criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.



Foto João Martins

criança

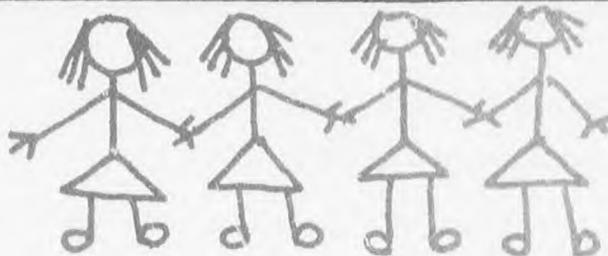


foto: Zena

Artigo 6º - Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem famílias e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de família numerosas.



Artigo 7º - A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando aos propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

Artigo 8º - A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.



Artigo 9º - A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma. Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.



Artigo 10º - A criança gozará proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes. (1959)

DE NORTE...

Fortalecendo suas organizações

DUAS CHAPAS DISPUTARAM A DIRETORIA

Pela primeira vez na história da entidade, após quatro anos de existência, duas chapas concorreram as eleições para a diretoria da União de Mulheres Caxienses (UMCA) - RS. A chapa 1, "Mulheres em Luta" foi vencedora com 234 votos, enquanto a chapa 2 "O Despertar", recebeu 139 votos. A presidente eleita, Abigail Pereira Vargas, sócia fundadora da UMCA declarou: "O Encontro foi uma demonstração de que o trabalho da entidade está sendo reconhecido pela sociedade. A vitória de nossa chapa registrou um avanço no sentido das reivindicações e da luta das mulheres por seus direitos". A União de Mulheres Caxienses conta atualmente com mais de 1.660 filiadas.



Teteca, a nova Presidenta

DEBATE E ELEIÇÃO EM PORTO ALEGRE

Um debate com as candidatas constituintes do Rio Grande do Sul abrilhantou a assembléia de eleição da diretoria da União de Mulheres de Porto Alegre no dia 6 de setembro. A nova presidente é a advogada Terezinha Vergo (Teteca).

NOVA SEDE

A União de Mulheres de Salvador inaugurou sua nova sede no dia 6 de setembro com muito shop e ximxim, comida típica baiana. Compareceram representantes dos diversos bairros da entidade. Na oportunidade foi apresentada ao público baiano a nossa revista "Presença da Mulher". O novo endereço é: Rua Futuro do Tororó, nº 19.

APESAR DA CHUVA

Desafiando a forte chuva, a Associação Liberdade Mulher do Rio de Janeiro realizou um encontro com a participação de 100 mulheres para debater um plano de lutas e eleger a nova diretoria da entidade. Além de atualizar o estatuto e a carta de princípios, as representantes dos quatro núcleos da capital e representantes de núcleos das cidades vizinhas decidiram participar da Conferência Estadual e Nacional de Saúde da Mulher e aprovaram a realização de uma manifestação pelo congelamento dos preços e contra o alágio no dia 4 de outubro no Jardim do Meier. Luiza Martins foi reeleita Presidente da Associação Liberdade Mulher. Na oportunidade foi apresentada a peça "A Nova e a Velha Constituição", de autoria de D. Lídia, sócia da entidade.

O grupo "SEARA" publicou sua primeira revista que leva o mesmo nome. O grupo foi criado no Ceará há um ano com o objetivo de reunir mulheres escritoras. É o único no gênero composto apenas por mulheres. A poetisa Regine Limaverde, colaboradora da nossa revista em Fortaleza é integrante do grupo.



Mobilização pela saúde da mulher

Por todo o Brasil, as mulheres se prepararam para a Conferência Nacional de Saúde os Direitos da Mulher. Em Porto Alegre, o encontro estadual contou com a presença de 500 mulheres representando 113 municípios do Rio Grande do Sul. Na abertura teve um debate sobre a Constituinte com as candidatas dos diversos partidos. Ao final foi tirada uma moção de apoio ao Dr. Osmar Terra e Dra. Maria Ceci Misoscky, pela gestão democrática que estão realizando no INAMPS.

Em Fortaleza, a conferência estadual contou com a expressiva participação de 700 mulheres que barraram a indicação de uma representante da BEMFAM como delegada à Conferência Nacional de Saúde da Mulher. Presença expressiva também foi registrada nas conferências realizadas em Minas, Maranhão, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo. Isso mostra o interesse das mulheres em garantir uma assistência integral à sua saúde na rede oficial, esvaziando a atuação nefasta das clínicas particulares de planejamento familiar espalhadas pelo Brasil e financiadas pelo capital estrangeiro.



foto: Leite

Chapa 1, "Mulheres em Luta", vencedora

PRIMEIRO EMBRIÃO

Com a participação de cerca de 350 mulheres foi realizado no dia 31 de agosto o Congresso de fundação da União de Mulheres de Cruz das Armas, populoso bairro de João Pessoa, Paraíba. Depois de debaterem suas propostas para a Constituinte e destacar a importância de eleger candidatos comprometidos com a luta do povo, elegeram a primeira diretoria da entidade que integrará a futura União de Mulheres de João Pessoa. Lídia Rocha, conhecida liderança do bairro, foi eleita presidente da União de Mulheres de Cruz das Armas.



Lídia, Presidenta em Cruz das Armas



C.B.G., com sua mãe, Nair Guedes

Estupro em Brasília

G.B.G, de 16 anos, voltava da aula de balé, quando foi assaltada e violentada na rua por D.M.R, também de 16 anos, no dia 1º de setembro, na super quadra III Sul em Brasília. G levou socos, foi derrubada no chão, despida, violentada, sob o olhar indiferente de vizinhos, porteiros e transeuntes.

O fato repercutiu nacionalmente sobretudo pela coragem de G. que depois de sentir na pele 90 minutos de terror, decidiu: "Vou batalhar para que as coisas melhorem". "Eu tinha que denunciar, para evitar que aconteça com outras pessoas".

G. é filha de Luiz Guedes deputado federal e ex-presidente da UNE e de Nair Guedes, integrante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Nair agradece, através de nossa revista o apoio e mensagens de solidariedade que tem recebido do movimento de mulheres.

Operadora de trem

A Cia do Metrô de S. Paulo vinha tendo uma atitude, discriminatória em relação à metrorviária proibindo-a de exercer a função de operadora de trem, sob a alegação de que no caso de gravidez, a mulher não pode executar essa atividade.

A luta liderada pelo Sindicato conquistou o direito da metrorviária de ter mais uma profissão reconhecida. E, já foram admitidas 3 mulheres para esta função, embora ainda em caráter experimental.

Cinco anos no ar

Uma verdadeira revista feminina que vai ao ar diariamente às 10:30 na Rádio Nacional de Brasília, "Viva Maria" é um programa que tem uma média diária de 8 mil ouvintes por minuto, muitos anunciantes e uma legião de fãs do Centro-Oeste até o Triângulo Mineiro. Este é o único programa feminino do Distrito Federal. Na comemoração Mara Régia sua apresentadora recebeu de ouvintes presentes algumas rosas brancas "para lembrar as Marias mortas e mostrar que muitas Marias continuam lutando".



Mara Régia, há cinco anos no ar

Espaço ameaçado

Enquanto isso, o programa "Todas as Mulheres", que diariamente era transmitido pela Rádio Cultura de São Paulo, foi suspenso pela direção da emissora, sob a alegação de que os assuntos femininos deverão ser tratados em toda a programação e não em horários determinados.

Com as mesmas justificativas o programa "Palavra de Mulher" foi substituído e o TV Mulher, com audiência nacional deixou de ir para o ar desde julho passado. Reduz-se assim o espaço para divulgar nossas reivindicações.

Advogadas protestam

Ganhou ampla solidariedade o protesto das advogadas pernambucanas contra a exclusão das mulheres da inscrição no concurso público para juiz de Direito em Pernambuco. Dos 289 candidatos a candidatos a juiz, as 26 advogadas foram eliminadas. Para Melba Meirelles, da Subcomissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da OAB "coincidentemente as 26 mulheres inscritas foram consideradas inaptas a se submeterem ao concurso e isso fere o princípio da isonomia estando claro a discriminação da mulher advogada".

Crime revelado

"Agora, posso me considerar viúva e meus filhos sabem que são órfãos". Esta a comovedora afirmação de Eunice Paiva, depois de 15 anos de desaparecimento de seu marido, ex-deputado Rubens Paiva. Este, na madrugada de 21 para 22 de janeiro de 1971 agonizava numa cela do 2º andar do DOI no Rio de Janeiro. Mas ninguém soube disso, nem a mulher de Paiva, Eunice, nem seus cinco filhos. Só agora, o depoimento do médico Amílcar Lobo, que servia nos órgãos de segurança do regime militar, trouxe à luz mais um caso de morte sob tortura nos porões da ditadura. Essa verdade afasta a falsa versão tão usada pelo regime dos generais para acobertar seus crimes: o de fuga em tiroteio com a polícia. O caso Paiva vem reforçar a luta dos familiares dos desaparecidos brasileiros para identificar seu paradeiro e resgatar a sua história de luta em defesa dos interesses do povo.

Professores em greve

Os professores da rede oficial de São Paulo ficaram em greve por mais de 20 dias pelo piso de 5 salários mínimos. Hoje, o professor I (primário), inicial na carreira, recebe Cz\$ 1.748,00. Esse baixo salário traz como consequência a necessidade de trabalhar mais de um período e em várias escolas, afetando qualidade do ensino. Hoje, são 196 mil professores no Estado, na sua maioria mulheres, que lutam pela sua sobrevivência e a de sua família.

"Nossa greve foi fruto da realidade dos baixos salários, da jornada de trabalho ampliada, da organização da categoria e da proposta do governo não corresponder às exigências do professorado. Ela é justa e necessária para conquistarmos aumento salarial e consequente melhoria do ensino, afirmaram Lilian Martins candidata constituinte e Raquel Guisoni, candidata à deputada estadual, ambas pelo PC do B, professoras e lideranças do movimento.



Lilian e Raquel, apoio à greve

...A SUL

ATENÇÃO:

O original deste documento (com 1 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

DI-FM-065



Em Porto Alegre Ana fala da revista

O primeiro lançamento da **Presença da Mulher** foi na Associação Brasileira dos Escritores em São Paulo e contou com a presença da candidata ao Senado, Eva Blay, e a Secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio.

Em Curitiba, foi uma manhã de autógrafos na livraria Dario Veloso; em Porto Alegre na Casa de Cultura Mário Quintana e no Rio de Janeiro no bar Razão Social. Mas não foi apenas nas principais capitais que houveram concorridos lançamentos. No encontro de mulheres em Imperatriz, Maranhão, as quebradeiras de coco e lavradoras juntaram seu parco dinheiro para comprar exemplares da revista. A imprensa do nordeste deu destaque de primeira página como a Tribuna do Norte de Natal. Em Recife, o lançamento que ocorreu na livraria "Livro 7" foi abrilhantado pela presença de grupos de mulheres, políticos e poetas conhecidos da cidade como Jacy Bezerra. Em Fortaleza, contou com Dra. Rosmary Corrêa, da Delegacia da Defesa da Mulher de São Paulo. Em Brasília, os objetivos da **Presença da Mulher** foram colocados para as presentes ao Encontro Nacional Mulher e Constituinte. Jornais como o "Estado de São Paulo" e "Folha da Tarde", até o "IL Corriere", italiano, deram destaque elogioso a essa nova publicação, o mesmo ocorrendo com a revista "Afinal".

Foi grande, portanto, a repercussão do surgimento desta revista, única no gênero no Brasil. Resta agora, continuar batalhando para sua divulgação, como importante tribuna de uma luta tão difícil de ser compreendida como a das mulheres por sua emancipação.

"Presença da Mulher" Uma nova imagem

Considerada um vento novo na imprensa feminina, nossa revista teve repercussão nacional, ficando conhecida até nos rincões mais longínquos do país. Com mais colaboradoras, vem tentando refletir a vida e a luta das brasileiras, angariando a simpatia de todos os interessados na emancipação da mulher.



“Presença da Mulher”, Uma nova imagem

Considerada um vento novo na imprensa feminina, a revista teve repercussão nacional, ficando conhecida nos rincões mais longínquos do país. Com mais de 50 colaboradoras, vem tentando refletir a vida e a luta das mulheres, angariando a simpatia de todos os interessados na emancipação da mulher.



Até agora, do Brasil, muitas...

AMEN...
ISTA...
MULHER



Em Recife, cantadoras populares

Presença da Mulher, vento novo na imprensa feminina

Direitos da mulher passados em revista

Data: 4/Set/86 - 19:30 h.
Pública
Pro-Reitoria de Extensão
Centro Popular da Mulher

e Olívia, no bar Razão Social do Rio



Presença da Mulher, vento novo na imprensa feminina

CID DE RIO CLARO Domingo, 20 de Julho de 1986 Página 4

União de Mulheres faz reunião amanhã em Nata

MULHERIO

ESTUDOS SOBRE MULHERES

PESQUISA

Eu sou uma brasileira,
 Vaso da poluição,
 Plantarilha e carvão e resíduo de
 terra,
 com as mesmas proprias mãos,
 Debuço de sol e chiboa
 esteira frita no chão,
 Trabalho, domingos e feriados,
 Pra ganhar mais um tostão,
 Trabalho muitas vezes
 pros negócios, pros grandes e gordinho.
 Mas nunca tive a gosto
 de conhecer meu patrão,
 Quando eu chego lá na roça,
 De manhã, com três tola emprei-
 tado,
 com minha mochila nas costas,
 Eu puto e penso: é uma barbarida-
 de.
 Por todos os lados eu só vejo uma
 queimada,
 O povo é tanto que parece uma
 manada.
 Eu sento no meu garralão, amulo
 meu podão
 pra empreitada começar,
 com uma fome de leão, peço o cal-
 derão,
 Mais carne, não tem não,
 Olho pro meu lado,
 veio meu colega triste, desconfi-
 do.
 "Hoje eu não trouxe nada,
 pois o gas tinha acionado".

Eu vou me pedir a alma,
 outro não tem garralão,
 Que vontade indagação,
 Eu puto e penso o que devo fazer?
 E acho uma solução,
 Ofereço a metade da minha comida,
 Ofereço e faço questão,
 Quando chega o dia 10
 todo mundo está feliz,
 Hoje é dia do pagamento,
 eu vou logo no mercado,
 Comprar roupa e calçado,
 Contado, ele nem sabe
 se o pagamento vem certo ou erra-
 do.
 Quando pega no envelope
 dá um nó na garganta
 e um aperto no coração,
 Certo só vem pro lado do patrão,
 Com esses enganos malditos
 está comprando mais um cami-
 nhão.
 A cana que eu corto
 é uma barbaridade,
 Mas quando chega
 na balança, é aquela cacetada,
 A desculpa é sempre essa:
 "A cana tá empenoada
 fica leve, e na balança,
 não pesa nada".
 Iracema dos Santos - trabalhadora
 rural (cortadora de cana), e diretora
 do Sindicato dos Trabalhadores
 Rurais de Barão/MS/SP.



Iracema (à dir.) numa pausa do trabalho



Ana Vasconcelos

Ana, poetisa da causa feminina

Vida e morte de Marina

Marina cismava na morte e da vida lembrava nos seus 20 anos. "O que a vida dá, a morte tira". O que lhe havia dado a vida? Vinte anos vivera ali por perto. A cada um tinha visto passar da janela de

sua casa. Conhecia os rostos, os gostos. O jeito de olhar. Ali estava o sr. Anacleto, por exemplo, sempre tão discreto. Olhava desparcadamente a saia levantada bem na altura da coxa. Marina sentia-se incomodada, mas como mudar de posição se estava morta? Até mesmo quando viva nada lhe havia sido fácil. A velha mocinha que olhava agora, com um olhar de mil metros de distância, fora sua parteira e lutara bravamente agarrada à sua

cabeça quando Marina nascia. Marina queria partir mas ali estava o corpo que habitara. Sentia-se pairar sobre a cidade como se fosse uma "pipa", voando alto presa por uma linha fininha que chorava baixinho para não se soltar na vida. Marina balão, inflando e parecendo maior que tudo. Maior e mais leve. Marina mulher, viva ou morta sacrificada. Marina e seu mastro, seus filhos, seu rastro. (Ana Vasconcelos)

**PRESENÇA DA
MULHER**

Faça sua Assinatura

Tenha em casa **PRESENÇA DA MULHER**, que trata de assuntos de interesse da nova mulher, da sua participação nos principais acontecimentos da sociedade. Uma revista bimestral para todos os que desejam uma convivência mais sadia entre mulheres e homens. Envie Cheque Nominal À EDITORA LIBERDADE MULHER LTDA.
Av. Brigadeiro Luis Antonio, 1511 - CEP 01317 - SP.

Anual: Cz\$ 90,00 Semestral: Cz\$ 45,00 Exterior: US\$ 20 (anual)

Nome:

Endereço:

Fone: Bairro:

Cidade: Estado:

Profissão:

Data:



VISITE A SEDE DA AABA

A Associação de Amizade Brasil-Albânia - AABA - oferece aos visitantes farta literatura sobre a Albânia, pequeno país socialista dos Balcãs. Pedidos de revistas e outras publicações podem ser feitos para:

Rua Barão de Itapetininga, 297, sala 503

Fone: (011) 255-1861

Caixa Postal 5.301 - CEP 01040 - São Paulo - SP

cheque especial

CLIENTES
EN
DENVER
BY ANGELICA



¿Qué día va a salir el primer cheque de
financiamiento? ¡Inmediato! ¡Por eso se
llama Banespa! ¡Su especial!

Porque cuando el momento ha llegado,
solo se trata de salir a tiempo y a la
par, al momento de comprarse un auto.

Y no es más que el primer paso en una vida
de éxito. ¡Banespa es el primer paso en la
vía del éxito! ¡Su especial! (377-3377)

banespa

Él, el hombre especial. Él, el hombre Banespa.

F I M